

Os Novos Bancos em Cena: Financiamentos chineses na América Latina

KEVIN P. GALLAGHER, AMOS IRWIN, KATHERINE KOLESKI¹

30
INTER-AMERICAN
DIALOGUE
YEARS
SHAPING POLICY DEBATE FOR ACTION

Sumário Executivo

Estima-se que a China tenha concedido empréstimos no valor aproximado de US\$ 86 bilhões a países da América Latina desde 2005. Esse montante é mais alto que o conjunto de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial, o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Exportação-Importação dos Estados Unidos (US Ex-Im Bank) nesse mesmo período. É claro que esse valor é menor que o emprestado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dentro do Brasil, mas os financiamentos do BNDES diminuem fora do Brasil.

Depois de apresentarmos estimativas dos financiamentos chineses, veremos também que os termos dos empréstimos chineses à América Latina são mais favoráveis, não impõem condições de política interna a seus credores, e suas diretrizes ambientais são menos severas que nos empréstimos das Instituições Financeiras Internacionais (IFI—sigla em inglês) e dos governos ocidentais. Concluímos que:

- Os empréstimos do Banco de Desenvolvimento da China (CDB—sigla em inglês) têm termos mais rigorosos que os do Banco Mundial.

- O Banco Ex-Im da China, por outro lado, oferece em geral taxas de juros mais baixas que o Ex-Im dos Estados Unidos—embora essa diferença derive do fato do Banco Mundial oferecer juros subsidiados como uma forma de ajuda, enquanto a China oferece juros subsidiados, não através do CDB mas do Banco Ex-Im da China.
- Os bancos chineses concedem financiamentos a países significativamente diferentes dos países financiados pelas IFIs e bancos ocidentais, a saber, a Argentina, o Equador e a Venezuela, que não conseguem empréstimos tão facilmente em mercados de capital globais.
- A atuação dos bancos chineses e das IFIs/bancos ocidentais não se sobrepõem em termos significativos na América Latina. Eles concedem empréstimos de valores distintos a setores distintos em países distintos. Os bancos chineses têm se concentrado grandemente em empréstimos a setores baseados em recursos naturais e infraestrutura.
- Os bancos chineses não impõem condições de política interna aos governos que tomam empréstimos, mas exigem compras de equipamentos e muitas vezes acordos sobre venda de petróleo.
- Os termos de financiamento em acordos sobre vendas de petróleo parecem ser melhores para os sul-americanos do que muitos acreditam.
- Os bancos chineses operam com um conjunto de diretrizes ambientais, mas diferentes das diretrizes de suas contrapartes ocidentais.

¹ Kevin P. Gallagher é professor adjunto de relações internacionais da Boston University e pesquisador sênior do Global Development and Environment Institute (GDAE), Tufts University. Amos Irwin e Katherine Koleski são pesquisadores do GDAE. Os autores agradecem o generoso apoio concedido pelo Rockefeller Brothers Fund e a C.S. Mott Foundation ao GDAE. Agradecemos também a Deborah Bräutigam e Erica Downs por seus comentários frutíferos e construtivos de uma versão anterior, e a Aaron Melaas por sua colaboração nas pesquisas.

PREFÁCIO

O Inter-American Dialogue tem o prazer de publicar este relatório produzido por Kevin Gallagher, Amos Irwin e Katherine Koleski, resultado de uma parceria com a Iniciativa de Governança Econômica Global (Global Economic Governance Initiative) da Universidade de Boston e o Instituto de Desenvolvimento Global e Meio Ambiente (Global Development and Environmental Institute–GDAE) na Universidade de Tufts. Gallagher é professor de relações internacionais na Universidade de Boston e pesquisador sênior no GDAE. Ele é autor do renomado livro ‘The Dragon in the Room: China and the Future of Latin American Industrialization’. Irwin e Koleski são pesquisadores no GDAE. Os autores gostariam de agradecer Vera Maria Whately pela tradução do relatório e Aaron Melaas por sua ajuda com a pesquisa.

Este relatório, produto do programa de China e América Latina do Inter-American Dialogue, oferece a primeira síntese abrangente do papel da China como credora na América Latina e no Caribe (ALC). Os autores estimam o volume, composição e características dos empréstimos chineses na região desde 2005, oferecem comparações com outros credores internacionais ocidentais e examinam a sabedoria comum sobre o assunto. O relatório investiga se os empréstimos chineses oferecem termos menos favoráveis, menos condicionalidades políticas e regulações ambientais mais frouxas—em comparação com os empréstimos obtidos com bancos e instituições financeiras internacionais baseadas no Ocidente. Os autores encontram evidência para apoiar algumas destas ideias, mas não outras.

O objetivo do Inter-American Dialogue em publicar este relatório, bem como as demais publicações da série China e América Latina, é informar e engajar funcionários de governo, representantes da sociedade civil e acadêmicos da China, América Latina e Estados Unidos, mantendo-os a par da evolução destes temas. Almejamos identificar as áreas de interesse e prioridades comuns, e desenvolver estratégias para que relações emergentes beneficiem todas as partes envolvidas. Nosso grupo de trabalho sobre China e América Latina, do qual Gallagher é membro, tem estado no centro dos esforços relacionados a China do Inter-American Dialogue desde sua criação em 2011. O grupo é formado por aproximadamente vinte funcionários de governo, analistas e pesquisadores da América Latina, China, Estados Unidos, Europa e Austrália. As reuniões do grupo de trabalho tem gerado interpretações diversas dos principais temas das relações China-América Latina, enfatizando oportunidades para cooperação e debatendo desafios emergentes.

As publicações relacionadas à China do Inter-American Dialogue têm coberto uma ampla gama de tópicos, incluindo a estratégia chinesa na América Latina, cooperação energética, relações EUA-China-América Latina e a possibilidade de desenvolvimento de uma estratégia regional para lidar com a ascensão chinesa. O presente relatório busca oferecer um entendimento mais profundo e preciso das atividades financeiras da China na região, atividades estas que são cada vez mais visíveis porém ainda mal-compreendidas. Temos o prazer de reconhecer a assistência do Open Society Institute na produção deste relatório.

Margaret Myers

Diretora, Programa China-América Latina

Michael Shifter

Presidente

Esperamos que esse relatório apresente um fundamento mais empírico para pesquisa a respeito de financiamento chinês na América Latina e no Caribe (LAC—sigla em inglês). Nossa investigação dá crédito a algumas questões sobre a China na América Latina, porém menos a outras.

Pelo lado positivo, a China é uma nova e crescente fonte de financiamento para a LAC, especialmente para as nações com dificuldade de acesso aos mercados de capital globais. Esses empréstimos não envolvem as condicionalidades políticas atreladas aos empréstimos das IFIs e dos bancos ocidentais. Além disso, as nações da LAC podem obter mais financiamento para infraestrutura e projetos industriais para potencializar seu desenvolvimento a longo prazo, ao invés de seguirem as últimas tendências de desenvolvimento ocidental.

Porém, em contrário aos vários comentários sobre o assunto, as nações da LAC em geral pagam um maior prêmio para empréstimos chineses. Esse maior prêmio concretiza-se sob a forma de taxas de juros, e não sob a forma de empréstimos para petróleo. Acredita-se que a LAC fornece barris de petróleo para a China em troca de financiamento e que, portanto, poderá sair perdendo devido ao preço crescente do petróleo. Nossa análise mostra que essa é uma má interpretação da realidade: A maioria dos empréstimos chineses por petróleo na América Latina está ligada a preços de mercado, não a quantidades de petróleo. Outro custo do financiamento chinês pode atrelar-se ao trabalho com empreiteiras e *traders* chinesas, o que reduz os efeitos de “*spillover*” na LAC em termos de contratação local com relação aos empréstimos.

Finalmente, a composição e o volume dos empréstimos chineses são potencialmente mais degradantes em termos ambientais que os portfólios de empréstimo de bancos ocidentais na LAC. Embora o registro ambiental das IFIs e bancos ocidentais esteja longe de ser perfeito, os bancos chineses exigem menos de seus credores quanto a normas ambientais.

Quando comparado ao papel da China de conceder crédito para países da América Latina, pode-se dizer que o Brasil tem um papel de certa forma comparável quanto a acesso a financiamento para infraestrutura (embora em quantias menores para projetos fora do Brasil). Como os empréstimos do BNDES são também ligados explicitamente à participação de firmas brasileiras nos projetos financiados, isso também gera uma

dinâmica política significativamente diferente. O foco nacional da atividade do BNDES torna ligeiramente mais difícil comparar seus empréstimos para regiões fora do Brasil com uma atividade similar da parte dos emprestadores chineses ou das IFIs. Entretanto, o nível extremamente alto da atividade do BNDES dentro do Brasil—assim como o tamanho do mercado brasileiro—oferece oportunidades relevantes para comparações abordadas em vários pontos deste relatório.

A investigação que fizemos aqui dá crédito a algumas alegações sobre a China na América Latina, mas não a outras.

1. Background e Metodologia

Há uma florescente literatura sobre a relação econômica chinesa/latino-americana e suas implicações no desenvolvimento latino-americano e na geopolítica global. (ver Hearn and Leon-Marquez 2011; Gallagher and Porzecanski 2010; Jenkins and Dussel 2009; Ellis 2009). Em grande parte, essa literatura concentrou-se nas relações comerciais entre chineses e latino-americanos. Há duas razões para isso. Primeiro, o comércio entre a China e a LAC decolou no início da década de 2000, mas os investimentos e empréstimos China-LAC só se avolumaram no final da década. Segundo, ao contrário dos dados referentes ao comércio China-LAC, do banco de dados da UN Comtrade, não há banco de dados confiável quanto aos investimentos ou empréstimos chineses na região. Apesar da falta de dados, tem havido especulação e alarme sobre esses investimentos e empréstimos chineses.

Acadêmicos e pesquisadores tiveram de criar seu próprio banco de dados para estudar a atividade econômica chinesa no exterior. Deborah Bräutigam, da American University, vem rastreando os financiamentos chineses na África. Derek Scissors, da Heritage Foundation, compilou dados sobre grandes investimentos diretos chineses no mundo inteiro, mas não houve esforços similares quanto aos empréstimos chineses (2011). Ao que sabemos, nosso relatório fornece o primeiro sumário abrangente dos empréstimos chineses na América Latina.

Entre 2007 e 2008, o Serviço Congressional de Pesquisa (Congressional Research Service) juntou-se a estudantes da Universidade de Nova York para apresentar um relatório sobre a assistência econômica da China à América Latina (Lum 2009). Embora seja pioneiro, o relatório inclui apenas empréstimos com juros subsidiados, e foi publicado cedo demais para captar a grande maioria dos empréstimos chineses ocorridos desde 2008. Erica Downs, da Brookings

O CDB e o Banco Ex-Im da China seguem orientações ligeiramente diferentes, que evoluem em torno do fortalecimento da indústria chinesa.

Institution, publicou uma análise dos principais empréstimos por petróleo da China a devedores do mundo inteiro, inclusive da América Latina (2011). Nosso estudo inclui esses projetos de empréstimos por petróleo, assim como outros empréstimos e compromissos em outros formatos e setores. A meta deste relatório é estabelecer um fundamento empírico abrangente para futura análise dos empréstimos chineses à América Latina.

A maioria dos empréstimos internacionais da China é derivada do CDB e do Banco Ex-Im da China. Durante as reformas do setor financeiro em 1994, o governo chinês criou o CDB e o Banco Ex-Im da China como “bancos estatais de fomento”, o que significaria que seus empréstimos apoiariam explicitamente os objetivos da política do governo (Bräutigam 2009, 79). Antes de 1994, a política de empréstimo era responsabilidade dos “quatro grandes” bancos chineses (Banco da China, Banco de Construção da China, Banco de Agricultura da China, e o ICBC), portanto os novos bancos de fomento foram criados para que os quatro fossem liberados para operar como bancos comerciais. Ao separar os empréstimos de fomento dos empréstimos comerciais, o governo procurou reduzir o risco moral para os gerentes de banco. Se os gerentes pudessem pôr a culpa de todas as suas perdas nos empréstimos de fomento, isso os incentivaria a orientar seus empréstimos comerciais para projetos de alto risco e alto retorno (Steinfeld 1998, 71). A criação de bancos de fomento em separado daria aos bancos

comerciais melhores condições para empréstimos racionais baseados no mercado.

O CDB e o Banco Ex-Im da China seguem orientações ligeiramente diferentes, que evoluem em torno do fortalecimento da indústria chinesa. O CDB apoia basicamente as políticas macroeconômicas da China—estabelecidas nos Planos Quinquenais—que focalizam oito áreas de desenvolvimento: energia elétrica, construção de rodovias e ferrovias, petróleo e petroquímica, carvão, telecomunicações, agricultura e indústrias correlatas, e infraestrutura pública (CDB). Cerca de 73,7 % dos novos empréstimos totais do CDB foram dirigidos para esses setores (CDB “Foco Estratégico” do CDB). Em contraste, a orientação do Banco Ex-Im da China é:

facilitar a exportação e importação de produtos chineses mecânicos e eletrônicos, conjuntos completos de equipamentos e produtos novos de alta tecnologia; assistir as empresas chinesas com vantagens comparativas nos seus projetos de contrato no exterior e investimentos fora do país; e promover relações sino-estrangeiras e cooperação internacional econômica e comercial” (China Export-Import Bank).

Seus objetivos são alcançados pelo uso de métodos que incluem créditos de exportação, empréstimos para projetos de construção e investimentos no exterior, e empréstimos com juros subsidiados. (Banco Ex-Im da China).

Embora o governo tenha criado as reformas para separar os empréstimos de fomento dos empréstimos comerciais, os bancos chineses continuam a misturá-los. Steinfeld mostra que o governo chegou a forçar os bancos nominalmente comerciais a socorrer empresas estatais (1998, 70). Ao mesmo tempo, os bancos de fomento tornaram-se bastante comerciais. O presidente do CDB, Chen Yuan, combinou com sucesso os objetivos dos bancos de fomento com empréstimos comerciais sólidos para que o CDB tenha altos lucros e um balanço ainda mais favorável que o dos bancos comerciais da China (Downs 2011, 11). O Banco Ex-Im da China também empresta muitas vezes com taxas comerciais e vangloria-se de um baixo percentual de empréstimos inadimplentes (Bräutigam 2009, 114; Downs 2011, 13). O premier Wen Jiabao anunciou em 2007 que os bancos de fomento

mais tarde seriam convertidos em bancos comerciais, mas o processo estancou após a crise financeira (Downs 2011, 22).

A política de “globalização” do governo chinês levou essa amálgama de empréstimo comercial e de fomento ao estágio internacional. In 1998 o presidente Jiang Zemin defendeu a internacionalização de investimentos e empréstimos chineses. Argumentou que: “Regiões como a África, o Oriente Médio, a Ásia Central e a América do Sul com grandes países em desenvolvimento [têm] mercados muito grandes e abundantes recursos; nós deveríamos aproveitar a oportunidade para entrar nelas” (Chen 2009). Conforme mostra Downs, o CDB é o principal banco na apoiar essa estratégia com empréstimos para empresas chinesas e estrangeiras (2010, 9). Bräutigam acrescenta que “o Eximbank esteve no centro da estratégia de “globalização” (2009, 112). Nos últimos cinco anos, ambos os bancos atingiram novos pontos altos em termos de empréstimos internacionais (Bräutigam 2009, 112, 116).

Não é fácil calcular os empréstimos dos bancos chineses para a América Latina. Ao contrário do Banco Mundial e do Banco InterAmericano de Desenvolvimento (BID), os bancos chineses não publicam regularmente números detalhados sobre suas atividades de empréstimo. Nós seguimos o exemplo de acadêmicos como Bräutigam, que examinam o governo, os bancos e os relatos da imprensa na China e nos países que recebem empréstimos para compilar uma lista de empréstimos e suas características. Esse método é altamente falho. Embora tenhamos feito o possível para assegurar mais confiança ao confirmarmos os relatórios na China e na LAC, nossa estimativa não deve ser considerada precisa. Por um lado, talvez tenhamos subestimado os financiamentos chineses na América Latina, pois não examinamos vários empréstimos abaixo de US\$ 50 milhões. Por outro lado, talvez tenhamos superestimado o total, caso os empréstimos mais recentes tenham sido parcialmente ou inteiramente cancelados, ou uma linha de crédito não tenha sido completamente cumprida.

Consultamos uma grande variedade de fontes acessíveis ao público para colher detalhes sobre cada empréstimo.

Descobrimos contratos de empréstimos publicados nos jornais oficiais dos governos da Venezuela e da Bolívia. A empresa estatal de petróleo do Brasil, Petrobras, é uma empresa de capital aberto; verificamos a taxa de juros sobre os empréstimos por petróleo do CDB para a Petrobras quando examinamos os registros da empresa na Comissão de Títulos e Câmbios dos Estados Unidos (SEC—sigla em inglês). Descobrimos também empréstimos chineses nos arquivos anuais dos governos da Jamaica e da Venezuela com a SEC. Classificamos os empréstimos como comerciais ou subsidiados baseados em relatórios das embaixadas chinesas nos países devedores. Encontramos detalhes de empréstimos por petróleo ao Brasil e ao Equador em entrevistas nos jornais locais com os ministros das finanças. Incluímos apenas um detalhe que não é publicamente acessível online—a taxa de juros sobre o empréstimo de 2008, do Banco Ex-Im da China à empresa Chinalco Peru, que nos foi informada em entrevistas com funcionários gradua-

Não é fácil calcular os empréstimos dos bancos chineses para a América Latina. Ao contrário do Banco Mundial e do Banco InterAmericano de Desenvolvimento (BID), os bancos chineses não publicam regularmente números detalhados sobre suas atividades de empréstimo.

dos da empresa em Lima. Complementamos e reexaminamos todas as fontes provenientes de artigos de jornais ou dos governos dos países devedores e da China. Omitimos os empréstimos que não foram confirmados por fontes confiáveis de ambos os lados do Pacífico.

Conseguir informações sobre empréstimo do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para comparar com os empréstimos chineses foi mais difícil do que prevíamos. Esses bancos ocidentais publicam listas de empréstimos nos seus relatórios anuais, e o Banco Mundial publica até contratos de empréstimos individuais—mas não revela os detalhes-chave. O Banco Mundial considera confidencial a informação de taxas de juros sobre

empréstimos não quitados, e recusou-se a nos dar uma informação oficial para nosso estudo. Para taxas de juros, o indicador mais importante de um empréstimo justo, tivemos de abordar essas instituições que seriam mais transparentes, da mesma forma que suas contrapartes chineses. Conseguimos informações sobre taxas de juros do Banco Mundial, BID e

bilhões.² O CDB contribuiu com 80% dos empréstimos, e o Banco Ex-Im da China e o ICBC com 10% e 5%, respectivamente. Os empréstimos foram bastante grandes e altamente concentrados entre alguns devedores. A Venezuela, o Brasil, a Argentina e o Equador receberam 89% do total. Sessenta e um por cento de todos os empréstimos foram por petróleo.

Nossa melhor estimativa do volume dos empréstimos chineses para a América Latina desde 2005 é de US\$ 86 bilhões. O CDB contribuiu com 80% dos empréstimos, e o Banco Ex-Im da China e o ICBC com 10% e 5%, respectivamente.

Embora possuam recursos naturais e outros produtos que interessam à China, os governos do Peru, Colômbia, Chile e México receberam pouco ou nenhum financiamento.

Uma comparação da nossa estimativa de US\$ 86 bilhões com estimativas anteriores do montante do financiamento chinês sugere que a América Latina é objeto de grande parte dos empréstimos chi-

neses no exterior. O *Financial Times* estimou que de 2009 a 2010 o total dos empréstimos chineses chegou a US\$ 110 bilhões (Dyer 2011). Caso esse valor seja acurado—e não podemos confirmar isso—mais da metade desses empréstimos de 2009 a 2010 destinou-se à LAC.

CAF vasculhando os arquivos da SEC dos países que tomam empréstimos, e também através de uma entrevista confidencial com um funcionário graduado do Banco Mundial. Este *paper* é dividido em oito partes. A Parte 2 apresenta nossas estimativas sobre a quantidade de financiamentos chineses na LAC. A Parte 3 examina os termos dos financiamentos chineses para a LAC sob uma perspectiva comparativa. A Parte 4 examina o caso especial de empréstimos garantidos por commodities na LAC. A Parte 5 discute a composição dos financiamentos chineses. A Parte 6 analisa a extensão em que os empréstimos chineses agregam condicionalidades de estilo ocidental. A Parte 7 analisa a natureza das diretrizes ambientais chinesas para seus empréstimos, sob uma perspectiva comparativa. A Parte 8 sugere tópicos para outras pesquisas e apresenta implicações políticas.

A China começou há pouco tempo a conceder financiamento à América Latina, mas nos últimos anos foi a credora mais importante dessa região (Figura 1). Em 2010 emprestou mais que o Banco Mundial, o BID e o Banco Ex-Im dos Estados Unidos juntos. Até 2008, os empréstimos anuais da China nunca excederam US\$ 1 bilhão, mas a partir de 2008 subiram para US\$ 6 bilhões. Em 2009 triplicaram e chegaram a US\$ 18 bilhões, ultrapassando os US\$ 14 bilhões do Banco Mundial e os US\$ 15 bilhões do BID. Em 2010, os empréstimos dobraram mais uma vez, chegando a US\$ 37 bilhões, bem acima dos níveis de empréstimo do Banco Mundial (US\$ 14 bilhões) e do BID (US\$ 12 bilhões). Mas em 2011 caíram para US\$ 18 bilhões, abaixo da soma dos empréstimos do Banco Mundial e do BID. A partir de 2005 o Banco Ex-Im da China emprestou quase o dobro do montante dos empréstimos do Ex-Im dos Estados Unidos—US\$ 8,96 bilhões contra os US\$ 4,96 bilhões americanos. Portanto, tanto o Banco Ex-Im da China quanto o Ex-Im

2. Os Empréstimos Chineses para a América Latina São Maiores e Aumentam Mais Rápidos que os de Suas Contrapartes Ocidentais

Nossa melhor estimativa do volume dos empréstimos chineses para a América Latina desde 2005 é de US\$ 86

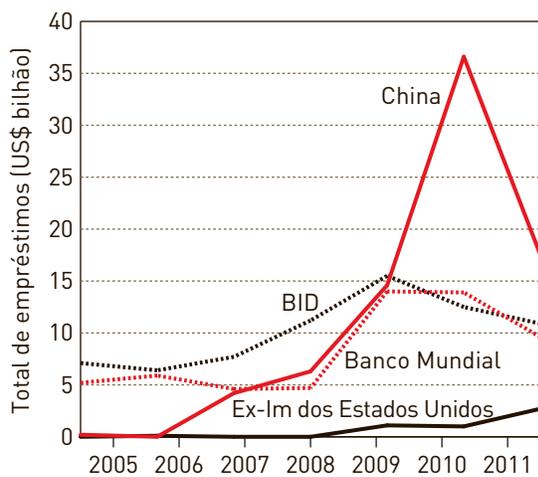
bilhões. ² Para uma lista completa de empréstimos chineses para a América Latina a partir de 2005, ver o banco de dados da IAD.

dos Estados Unidos concentraram-se historicamente em garantias e seguro, e esses empréstimos diretos incluem apenas uma pequena parte de seus portfólios.

Os empréstimos chineses para a LAC vêm se reduzindo desde seu pico em 2010. O boom entre 2009 e 2010 atingiram o montante de US\$ 20 bilhões para a Venezuela e US\$ 10 bilhões para o Brasil e a Argentina. Concluídos esses empréstimos colossais para as principais economias da América do Sul, os bancos chineses passaram a ter menos demanda em 2011. Até fevereiro detectamos apenas US\$ 6,8 bilhões de empréstimos chineses em 2012, pouco mais que o total de US\$ 6,6 bilhões do Banco Mundial. É ainda muito cedo para se supor que não virão à tona outros empréstimos chineses a partir de 2012, mas parece que o boom nessa área está esfriando ligeiramente.

Os bancos chineses concederam financiamentos a um conjunto significativamente diferente de países comparados às IFIs e aos bancos ocidentais. De 2005 a 2011, dirigiram 60% dos seus empréstimos à Venezuela e ao Equador. É um enorme montante, considerando que esses países correspondem a apenas 8% da população da LAC e 7% do seu PIB. Nesse mesmo período a Venezuela e o Equador receberam 9% de empréstimos do BID e menos de 1% do Banco Mundial. (Figura 2). Mas as IFIs e os bancos ocidentais dominam os empréstimos para o México, a Colômbia e o Peru.

Figura 1. Comparação dos Empréstimos de Bancos Chineses e Ocidentais para a América Latina



Fontes do Banco Mundial, BID, Ex-Im dos Estados Unidos: relatórios anuais respectivos

Só o Brasil e a Argentina receberam montantes significativos tanto da China quanto de fontes ocidentais. Em ambos os casos, a grande maioria dos fundos chineses originou-se de um único empréstimo. No caso do Brasil, 85% veio de um empréstimo de US\$ 10 bilhões concedidos em 2009 para a criação de um ambicioso projeto de petróleo offshore com dinheiro chinês. Na Argentina, US\$ 10 bilhões derivaram de um único empréstimo para a compra de trens chineses.

Dentro do Brasil, os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) têm um papel mais significativo no financiamento de projetos de desenvolvimento que qualquer outra forma de empréstimo estrangeiro. Esse banco desembolsou um total acima de US\$ 376 bilhões entre 2005 e 2011, quase nove vezes mais que a quantia total emprestada ao Brasil pelo Banco Mundial, o FMI e os bancos chineses em conjunto durante esse mesmo período.

O nível em que o BNDES domina o financiamento de projetos no Brasil não é de surpreender. Esse banco tem uma longa história, foi criado em 1952 (como BNDE) com o objetivo de apoiar projetos de infraestrutura em grande escala. Seu mandato expandiu-se quando ele foi convocado a conceder capital para o desenvolvimento da indústria doméstica pesada e de utilidades públicas. Quando os investidores particulares relutaram em investir no Brasil devido a controles de preços, o então BNDE interveio para atender às necessidades de financiamento das empresas privadas e mais tarde ajudou a consolidar a estatização de inúmeras empresas (embora a maioria fosse depois reprivatizada). Quando o FMI apresentou sua Avaliação de Estabilidade do Sistema Financeiro para o Brasil, em julho de 2012, notou que as instituições financeiras domésticas, inclusive os bancos privados, continuam a dominar o setor financeiro do país, e que os empréstimos internacionais são relativamente mais importantes para mercados de capital e derivativos. A presença do BNDES tem um papel significativo nessa caracterização.

O BNDES é ativo fora do Brasil na concessão de empréstimos para outros países da América Latina, e como os empréstimos chineses, os seus também tiveram uma recente ascensão (embora um pouco mais tarde). Os financiamentos do BNDES para projetos de infraestrutura em toda a América Latina subiram abruptamente de US\$ 700 milhões em 2005 para US\$ 1,3 bilhão em 2010 e US\$ 1,6 bilhão em 2011, mais caíram mais abruptamente ainda em 2012,

Figura 2. Receptores de Financiamentos do Banco Mundial, BID e Bancos Chineses de 2005 a 2011

(US\$ milhões)	Total	BM	BID	China
Venezuela	\$46.148	\$0	\$6.148	\$40.000
Brasil	\$42.068	\$15.200	\$14.747	\$12.121
Argentina	\$30.532	\$8.209	\$10.923	\$11.400
México	\$29.705	\$15.395	\$13.309	\$1.000
Colômbia	\$13.030	\$6.293	\$6.662	\$75
Equador	\$10.766	\$487	\$3.025	\$7.254
Peru	\$8.968	\$3.450	\$3.318	\$2.200
Guatemala	\$3.246	\$1.485	\$1.761	\$0
El Salvador	\$3.227	\$1.206	\$2.021	\$0
Panamá	\$3.205	\$757	\$2.448	\$0
Outros	\$25.044	\$5.373	\$14.290	\$5.381
Total	\$215.940	\$57.856	\$78.652	\$79.431

Fontes do Banco Mundial e o BID, fontes chinesas: Figura 1

35%, não atingindo nem US\$ 1,1 bilhão (Federasur 2013). Os financiamentos do BNDES para projetos de infraestrutura por toda a América Latina representam apenas uma pequena fração do seu portfólio total de infraestrutura, mas foram voltados principalmente para países que também recebem significativos financiamentos da China, pois os dois maiores receptores estrangeiros dos seus empréstimos são a Argentina e a Venezuela.

Os empréstimos de bancos chineses e ocidentais também diferem quanto ao montante, os dos chineses são geralmente muito maiores. Os bancos chineses emprestaram 92% dos seus fundos em pacotes de US\$ 1bilhão ou mais, em comparação com 20% do Banco Mundial e 11% do BID. Dentre os empréstimos do Banco Mundial e do BID de US\$ 1 bilhão ou mais, 93% foram destinados ao Brasil e ao México, e os restantes 7% à Argentina. Embora nem o Equador nem a Venezuela receberam empréstimos vultosos das IFIs, receberam 64% dos empréstimos vultosos da China.

Vale notar que os empréstimos chineses à Venezuela e ao Equador estão atendendo os mercados de dívidas soberanas insolvíveis. Como argumenta o economista Roger Tissot, “Os financiamentos chineses são em geral o ‘último recurso para os tomadores de empréstimo’. Não são baratos, mas devido ao interesse que a comunidade financeira internacional tem pela Venezuela e pelo Equador, e aos grandes

prêmios de risco que seriam cobrados, os empréstimos chineses são uma opção atraente” (Myers 2011). A Argentina e o Equador encontram-se essencialmente fora da direção básica dos empréstimos por não terem pagado suas dívidas soberanas em 2001 e em 2008 a 2009, respectivamente. O governo venezuelano afugentou alguns investidores também por suas ações domésticas. Em consequência, os mercados de dívidas soberanas cobram da Argentina, do Equador e da Venezuela *spreads* de 838, 935 e 1220 pontos-base, respectivamente (Figura 3). São quatro a seis vezes maiores que os *spreads* para outros países da América do Sul com economias de tamanho similar. Por exemplo, o *spread* para a Colômbia é de 195 pontos-base e para o Peru de 218 (“Index,” Information 2011). Os bancos chineses emprestaram quantidades desproporcionalmente grandes a esses países de alto risco, compensando a falta de empréstimo para cobrir a dívida soberana (Figura 3).

Nossos valores totais de empréstimos chineses podem realmente subestimar o nível dos financiamentos. Ao contrário do Banco Mundial e do BID, que fornecem relatórios anuais e acesso a banco de dados com listas completas de seus empréstimos, nem os bancos chineses nem seus devedores anunciam rotineiramente seus empréstimos ao público. Isso nos limita aos grandes empréstimos relatados nos noticiários, aprovados por legisladores, registrados em empresas comerciais ou anunciados por orgulhosos funcionários do governo.

Figura 3. Empréstimos chineses e Cotações de Dívida Governamental

País	Porcentagem de empréstimos chineses para governos	Avaliação de risco da OECD	Prêmio da OECD	Avaliação S&P	EMBI+ Spread da dívida
Chile	0,0%	2	162	A+	
Panamá	0,0%	3	177	BBB-	186
México	0,0%	3	177	BBB	188
Peru	0,1%	3	177	BBB	218
Brasil	12,6%	3	177	BBB	219
Costa Rica	0,4%	3	177	BB	
Colômbia	0,0%	4	198	BBB-	195
Bolívia	0,8%	6	231	B+	
Jamaica	0,8%	6	231	B-	
Equador	11,7%	7	251	B-	838
Argentina	14,3%	7	251	B	935
Venezuela	56,0%	7	251	B+	1220

http://www.cbonds.info/cts/eng/index_detail/group_id/1/

Nós provavelmente não detectamos vários empréstimos abaixo de US\$ 50 milhões.

O mais importante é que raramente estamos a par de empréstimos entre filiais do governo chinês, de bancos estatais para bancos estatais operando no exterior. O Rastreador de Investimentos Chineses da Fundação Heritage (Heritage Foundation's China Investment Tracker) lista 36 projetos chineses de investimento em grande escala na América Latina acima de US\$ 42 bilhões, mas nós confirmamos apenas um caso de empréstimo chinês intra-estado, o de US\$ 2 bilhões do Banco Ex-Im da China para a Chinalco Peru em 2008. Confirmamos essa transação só porque tivemos oportunidade de entrevistar funcionários da Chinalco no Peru. Supomos que transações similares não são relatadas. O montante de capital estatal disponível para empresas chinesas é enorme—as empresas chinesas com investimentos na América Latina receberam empréstimos de bancos que podem ser usados para expansão internacional, de mais de US\$ 250 bilhões desde 2005.

Podemos também ter superestimado os totais de empréstimos. Apesar do nosso máximo esforço para usar fontes confiáveis, alguns empréstimos podem ter sido suspensos ou cancelados. Nos casos registrados de linhas de crédito ou de estruturas de acordos de empréstimos, alguns devedores talvez não tenham utilizado todo o crédito. Acordos contratados, assinados e ratificados talvez não tenham se concretizado devido a mudanças políticas e econômicas de um ou do outro lado. O *Financial Times* declara: “Em alguns casos, os governos de países em desenvolvimento anunciaram grandes somas de acordos de empréstimos que não se concretizaram” (Dyer 2011). Porém, confirmamos que na maioria dos grandes empréstimos as parcelas têm sido cumpridas conforme programadas, portanto prevemos apenas pequenas imprecisões devido a cancelamentos de empréstimos. Supomos também que o Banco Mundial e o BID terão cancelamentos em ritmos similares.

3. Os Termos dos Financiamentos Chineses Não São Sempre Tão “Suaves” Quando Há Acesso a Mercados de Capital Internacionais

Embora seja preocupante os bancos chineses estarem substituindo as agências de crédito de exportação do Banco Mundial e dos bancos ocidentais (ECAs), oferecendo empréstimos com juros mais baixos e em geral com melhores termos, achamos que não é esse o caso. Melissa Graham, do Council on Hemispheric Affairs, argumenta que os bancos estatais chineses podem estar competindo com bancos ocidentais na América Latina oferecendo taxas de juros mais baixas que as de outros países em desenvolvimento” (Graham 2010). O *Washington Post* explica que “A China é mestra em financiamentos a baixo custo, com empréstimos de bilhões de dólares a taxas mínimas de juros a serem pagas pagas em mais de 20 anos... Isso tornou-se uma dor de cabeça para os competidores ocidentais, [que] muito tempo atrás concordaram em não usar financiamen-

Os bancos chineses diferem em termos da finalidade dos financiamentos. O banco de desenvolvimento da China em geral oferece taxas mais altas e o Ex-Im da China oferece taxas ligeiramente mais baixas quando comparadas às das IFIs e dos bancos ocidentais.

tos como um instrumento competitivo” (Pomfret 2010). O mesmo artigo cita que o Banco Ex-Im dos Estados Unidos reclamou que o Banco Ex-Im da China torna suas exportações mais atraentes através de “taxas de juros abaixo do mercado [e] fáceis termos de pagamento.” O *Financial Times* nota “a competição crescente na área de empréstimos” entre os bancos chineses e o Banco Mundial (Dyer 2011).

Ao mesmo tempo, alguns observadores elogiam os empréstimos chineses por aumentarem as opções de financiamento para países em desenvolvimento. Antonio Castillo argumenta no *China Daily* que “A China é uma boa novidade como fonte dos tão necessários empréstimos para desenvolvimento” da América Latina (Castillo 2010). Bräutigam considera a entrada da China como “desenvolvimento positivo”, pois irá desafiar “as regras dos países ricos” que defendem custos de financiamento excessivos, como comissões adiantadas de 21% sobre empréstimos do Banco Ex-Im dos Estados Unidos (Bräutigam 2011b). Ela mostra que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD—sigla em inglês) banuiu os financiamentos competitivos para beneficiar os credores, e não os devedores (2009, 298). Quando o Japão e os países da OECD competiam em termos financeiros para fazer negociações com a China nas décadas de 1970 e 1980, “A China considerou [essa competição] benéfica para o desenvolvimento do seu país” (2009, 50). Peter Evans também critica as regras da OECD, mostrando que elas permitem que países desenvolvidos se coliguem e maximizem lucros às custas dos devedores de países em desenvolvimento (2005).

Nosso estudo revela que os bancos chineses diferem da maioria das instituições financeiras internacionais e ocidentais em termos da finalidade dos financiamentos. O banco de desenvolvimento da China em geral oferece taxas mais altas e o Ex-Im da China oferece taxas ligeiramente mais baixas quando comparadas às das IFIs e dos bancos ocidentais. Mas essas comparações são enganosas porque os bancos chineses concedem financiamentos comerciais e ajuda para desenvolvimento de forma diferente das suas contrapartes ocidentais. Os verdadeiros empréstimos de baixo custo só são concedidos a empresas estatais chinesas que operam no exterior.

Quando comparamos os bancos de desenvolvimento, o CDB oferece em geral taxas de juros comerciais maiores que as do Banco Mundial, do BID e da Corporação Andina

de Fomento (Andean Development Corporation—CAF)³ (Figura 4). Em 2010, o CDB ofereceu à Argentina um empréstimo de US\$ 10 bilhões a 600 pontos-base acima da LIBOR. No mesmo ano, as taxas da CAF sobre empréstimos para a Argentina variaram de 155 a 235 pontos-base acima da LIBOR. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ligado ao Banco Mundial, cobra da Argentina um spread de aproximadamente 85 pontos-base (“Bird Lending” 2010; Republic of Argentina 2010). Longe de serem mais baixas, as taxas de juros dos bancos chineses são centenas de pontos-base mais altas que as da CAF e do BIRD. Em 2009, o CDB concedeu ao Brasil um empréstimo de US\$ 10 bilhões a 280 pontos-base acima do LIBOR. O BIRD concedeu ao Brasil um empréstimo de US\$3,4 milhões a um spread variável de 30 a 55 pontos-base. Embora não tenhamos conseguido confirmar as taxas de juros do BIRD sobre empréstimos específicos, as taxas gerais postadas nas páginas da web do BID e do BIRD são bem mais baixas que as taxas chinesas (“IBRD Lending”

2010, IDB 2013). As taxas do CDB são mais altas que as do BIRD, embora a concepção predominante em contrário.

As taxas mais altas do CDB derivam de seu *breakdown* não convencional de financiamentos comerciais e com juros subsidiados. O BIRD, BID e outros bancos de desenvolvimento internacionais oferecem juros subsidiados como uma forma oficial de apoio ao desenvolvimento. Ao invés de apoiar o desenvolvimento através de seu banco de desenvolvimento, a China canaliza esse apoio através do seu Banco Ex-Im. Apesar do rótulo de “banco de desenvolvimento”, o CDB em geral cobra dos devedores o custo total do financiamento. Por essa razão, Bräutigam chama o CDB de “banco de apoio ao desenvolvimento que não oferece apoio” (2009, 115). Portanto, não é de surpreender que suas taxas de juros comerciais sejam mais altas que as taxas subsidiadas das IFIs.

Comparando as agências de créditos para exportação, vemos que o Banco Ex-Im da China oferece taxas de juros ligeiramente mais baixas que as do Banco Ex-Im dos Estados Unidos (Figura 4). O *Washington Post* argumenta que a China está usando “financiamento de baixo custo” para tornar seus créditos de exportação mais atraentes, pois “a China concedeu bilhões de dólares a menos de 1% de juros” (Pomfret 2010). Mas na verdade o Banco Ex-Im da China não está concedendo empréstimos abaixo de 1%. Os empréstimos a juros

³ As taxas do Banco Mundial não são oficialmente subsidiadas, mas como o banco tem uma taxa de crédito excelente e nem sempre acrescenta um prêmio de risco do país, seus financiamentos são efetivamente subsidiados, quando comparados com puras taxas de mercado da LIBOR acrescidas de risco do país.

Figura 4. Taxas de Juros sobre Empréstimos do CDB e do Banco Mundial

Ano	Credor	País devedor	Devedor	Spread (pontos-base acima da LIBOR)	Montante (US\$ milhões)	Período de pagamento	Inclui exigência de compras	Baseado em commodities
2010	CDB	Argentina	Governo	600	10000	19	Sim, trens da CNR	Não
2009	CDB	México	América Móvil	>100	1000	10	Sim, equipamentos de telecomunicação Huawei	Noão
2009	CDB	Brasil	Petrobras	280	10000	10	Sim, equipamentos de telecomunicação Huawei	Petróleo
2010	CDB	Venezuela	PDVSA e BNDDES	50-285	20000	10	Sim, 70% incluindo construção da CITIC	Petróleo
2000	BM (BIRD)	Brasil	Eletrobras	30-55	43.4	15	Não	Não
2007	BM (BIRD)	Chile	Governo	5	24.8	10	Não	Não
2010	BM (BIRD)	Argentina	Governo	85	30	25	Não	Não

Fontes chinesas: ver banco de dados. Fonte do Banco Mundial: Entrevista, funcionário do Departamento de Empréstimo do Banco Mundial.

Os empréstimos chineses a baixo custo, com juros menores que 1%, existem mas pertencem a uma terceira categoria especial: empréstimos dentro do governo chinês.

mais baixos do Banco Ex-Im da China foram de 2% para a Jamaica e Bolívia, em 2010. Bräutigam relata taxas similares do Banco Ex-Im da China para países africanos (Bräutigam 2009, 129, 140, 173). Para comparar as taxas de juros dos Bancos Ex-Im da China e dos Estados Unidos, subtraímos os prêmios de “país de risco” da OECD para compensar o fato de alguns países serem de maior risco que outros. Esses prêmios são substanciais, acrescentam 2,51% anualmente aos

China variavam de 0,31% abaixo do prêmio a 4,4% acima. Com exceção da taxa excepcionalmente alta para a usina Coca-Codo Sinclair do Equador, as taxas da China são de 1% a 2% abaixo das taxas americanas.

As baixas taxas de juros do Banco Ex-Im da China não são surpreendentes, pois representam apoio ao desenvolvimento, e não uma competição ferrenha. A fim de conceder empréstimos com juros reduzidos, como os empréstimos

empréstimos para a Argentina e o Equador e 2,31% aos empréstimos para a Bolívia e a Jamaica (OECD 2011; OECD 2011). Enquanto o Banco Ex-Im dos Estados Unidos cobrava de 1,5% a 2,5% acima do prêmio de risco da OECD, as taxas de empréstimo do Banco Ex-Im da

Figura 5. Taxas de Juros de empréstimos dos Bancos Ex-Im Bank da China e dos Estados Unidos

Ano	Credor	País devedor	Devedor	Taxa de Juros	Taxa menos prêmio de risco da OECD	Montante (US\$ milhões)	Período de pagamento	Propósito dos empréstimos
2007	Ex-Im da China	Jamaica	Governo	2	-0,31	45	20	Centro de Convenções de Montego Bay
2009	Ex-Im da China	Bolívia	YPFB	2	-0,31	60	20	Redes de gás domiciliar, plataformas de perfuração de petróleo
2010	Ex-Im da China	Equador	Governo	6,9	4,39	1682,7	15	Usina hidrolétrica Coca-Codo-Sinclair
2010	Ex-Im da China	Jamaica	Governo	3	0,69	340	5	Construção de rodovias
2009	Ex-Im dos EUA	México	Pemex	3,81	2,04	600	10	Equipamentos de exploração e produção de petróleo
2009	Ex-Im dos EUA	México	Electrica del Valle de Mexico	4,3	2,53	81	4	Turbinas eólicas Clipper
2009	Ex-Im dos EUA	Brasil	MRS Logística	3,3	1,53	87		Locomotivas diesel elétricas General Electric
2010	Ex-Im dos EUA	República Dominicana	Pueblo Viejo Dominicana	4,02	1,8	375		Caminhões, tratores e carregadeiras Caterpillar
2010	Ex-Im dos EUA	Honduras	Energia Eólica de Honduras	4,42	2,11	159	18	Turbinas eólicas Gamesa

Fontes chinesas: ver banco de dados. Fontes dos EUA: Relatórios anuais do Ex-Im dos EUA.

da Bolívia a juros de apenas 2%, o Banco Ex-Im da China recebe subsídios diretamente do Ministério das Finanças (“Bolivian” 2011; Bräutigam 2011a, 756). A China contabiliza esses subsídios como um apoio oficial ao desenvolvimento, embora os países da OCDE proíbam que se misturem créditos de exportação com apoio ao desenvolvimento. As taxas de juros subsidiadas do Banco Ex-Im da China caem 1% a 2% abaixo das taxas comerciais do Banco Ex-Im dos Estados Unidos. Porém, os maiores empréstimos do Banco Ex-Im da China são empréstimos não-subsidiados, com taxas de juros mais altas. Incluem um empréstimo de US\$ 2,4 bilhões para o resort Baha Mar nas Bahamas e outro de US\$ 1,7 bilhões para a usina Coca-Codo Sinclair do Equador (Hu 2011). O Banco Ex-Im da China não está “derrubando” o Banco Ex-Im dos Estados Unidos nesses empréstimos; cobrou juros de 6,9% à Coca-Codo, cerca de 2% mais que as taxas do Banco Ex-Im dos Estados Unidos, mesmo descontando o prêmio de alto risco do Equador (“Ecuadorian” 2010). As diferenças de taxas do Banco Ex-Im da China originam-se portanto da política de incentivo ao desenvolvimento, e não de tentativas de “subcotar” os emprestadores ocidentais.

Os empréstimos chineses a baixo custo, com juros menores que 1%, existem mas pertencem a uma terceira categoria especial: empréstimos dentro do governo chinês. Os bancos estatais chineses concedem empréstimos com taxas de juros ínfimos para empresas chinesas estatais que operam no exterior, pois há pouco risco de uma instituição do governo dar calote na outra. Em 2008, o Banco Ex-Im da China concedeu à Chinalco Peru um empréstimo de US\$ 2 bilhões por 15 anos, a menos de um ponto-base acima da LIBOR (Entrevista 2011). Em outras palavras, trata a Chinalco como trataria um banco doméstico confiável. Confirmamos essa taxa de juros em uma entrevista com funcionários da empresa Chinalco em Lima. O *Washington Post* declara que os bancos estatais chineses estão concedendo financiamentos a baixo custo também para investimentos da Wuhan Iron and Steel nas indústrias brasileiras de aço e petróleo (Pomfret 2010). Nenhuma fonte referiu-se a juros tão baixos assim fora do governo chinês.

Em suma, os bancos chineses não estão oferecendo melhores taxas de juros que os bancos ocidentais para todas as categorias de empréstimos ou por grandes margens. As taxas do CDB parecem altas quando comparadas com as do BIRD. As taxas do Banco Ex-Im da China são ligeiramente

mais baixas que as do Banco Ex-Im dos Estados Unidos, mas essas baixas taxas provêm de subsídios governamentais de incentivo ao desenvolvimento, e não da competição com as agências de crédito da OCDE.

4. Nos Termos da China: Empréstimos Garantidos por Commodities

As empresas chinesas começaram recentemente a criar um novo tipo de pacote de empréstimo, o empréstimo por petróleo, para a LAC (e outras regiões). Os empréstimos por petróleo para a América Latina chegaram a US\$ 59 bilhões em apenas quatro anos, mais que dois terços dos compromissos totais da China para essa região (Figura 6). A Venezuela negociou seis desses empréstimos desde 2008, totalizando US\$ 44 bilhões. O Brasil assinou um contrato de US\$ 10 bilhões em 2009. O Equador assinou um empréstimo por petróleo de US\$ 1 bilhão em 2009 e um segundo em 2010. Em 2011, assinou mais dois no total de US\$ 3 bilhões.

Em geral o empréstimo por petróleo combina um acordo de empréstimo com um acordo de venda de petróleo, envolvendo bancos estatais de dois países e empresas petrolíferas. O banco chinês concede um empréstimo de um US\$ 1 bilhão para um país exportador de petróleo como o Equador. A empresa estatal de petróleo do Equador, a Petroecuador, compromete-se a embarcar centenas de milhares de barris de petróleo para a China diariamente durante toda a duração do contrato. As empresas petrolíferas chinesas então compram o petróleo a preços de mercado e depositam seus pagamentos na conta da Petroecuador no CDB. O CDB retira dinheiro diretamente da conta para se ressarcir do empréstimo.

Esses acordos dão como garantia mais petróleo que o necessário para pagar o empréstimo, pois seria politicamente insustentável para os países devedores fornecer petróleo para a China e não receber nada em troca. No caso da Venezuela, o CDB mantém US\$ 70 por barril para pagar os empréstimos, enquanto a China restitui os restantes cerca de US\$ 40 a preços de mercado (Crooks and Rodriguez Pons, 2011). O Brasil e o Equador retêm uma percentagem maior da receita do petróleo porque seus empréstimos são menores. No Equador, a PetroChina deposita 79% da receita

do petróleo na conta da Petroecuador e reserva os restantes 21% para pagar o empréstimo (Nilsen, 2010). No Brasil, a Sinopec paga a preços de mercado o petróleo da Petrobras e deposita seu pagamento na conta da Petrobras. O Brasil precisa manter um saldo bancário mínimo equivalente a seis meses de juros sobre o empréstimo (Zissis, 2009).

Os empréstimos por petróleo foram internacionalmente reconhecidos por seus benefícios à China. Eles ajudam a China a estabelecer cadeias de suprimento de petróleo diversificadas e de longo prazo, promover exportações chinesas, usar suas reservas de dólares de forma produtiva, expandir o uso internacional da moeda chinesa, e ficar bem com os governos devedores. Jeremy Martin, diretor do Programa de Energia do Instituto das Américas, considera os empréstimos por petróleo “as flechas mais importantes da aljava de Beijing” (Wilson, 17). Downs argumenta que enquanto banco comercial e de fomento, o CDB concedeu os empréstimos por petróleo para cumprir tanto com os objetivos comerciais quanto os de fomento. Além de garantir suprimentos de petróleo, ajudar as empresas chinesas a expandir-se no exterior, e criar relacionamentos com os governos

da América do Sul, os termos dos empréstimos comerciais garantidos por petróleo reduzem o risco e aumentam os lucros (Downs 2011, 3). Os acadêmicos e políticos chineses consideram os empréstimos por petróleo um “acordo do tipo ganha-ganha”, e argumentam que fortalecerão a imagem da China como uma grande potência que ajuda outros países em desenvolvimento (Chao 2010, 159; Zheng 2010).

Principalmente devido a um entendimento errado sobre os preços do petróleo, os empréstimos foram vistos como perigosos para os devedores da América Latina. Muita gente supunha que os devedores estariam fornecendo petróleo para a China simplesmente para pagar os empréstimos. Isso equivaleria a vender uma quantidade fixa de petróleo no mercado futuro a um preço preestabelecido, privando assim os exportadores de rendas maciças à medida que o preço do petróleo subisse. O *New York Times* cita uma reivindicação de um legislador venezuelano de que “o petróleo da Venezuela, com preços baixos congelados, está sendo usado como pagamento para a China” (Romero and Barrionuevo 2009). Mas a China não pode “congelar” preços baixos, pois o contrato exige que os suprimentos de petróleo sejam

Figura 6. Empréstimos por Petróleo na América Latina

Ano	País devedor	Devedor	Credor	Montante (US\$ milhões)	Propósito dos empréstimos
2007	Venezuela	BNDES E PDVSA	CDB	4000	Infraestrutura de financiamento, outros projetos
2008	Venezuela	BNDES E PDVSA	CDB	4000	Infraestrutura, incluindo satélites
2009	Brasil	Petrobras	CDB	10000	Tecnologia de petróleo do pré-sal
2009	Equador	Petroecuador	PetroChina	1000	Pagamento adiantado por petróleo da Petroecuador
2010	Equador	Petroecuador	CDB	1000	80% discricionário, 20% relativo a petróleo
2010	Venezuela	BNDES E PDVSA	CDB	20000	Financiamento de Infraestrutura
2011	Equador	Petroecuador	CDB	2000	70% discricionário, 30% relativo a petróleo
2011	Equador	Petroecuador	PetroChina	1000	Pagamento adiantado por petróleo da Petroecuador
2011	Venezuela	PDVSA	CDB	4000	Infraestrutura
2012	Equador	Governo	CDB	2000	Déficit orçamentário
2012	Venezuela	BNDES E PDVSA	CDB	4000	Fundo conjunto de financiamento de infraestrutura
TOTAL				53000	

Fontes: Ver banco de dados

pagos aos preços relevantes do mercado no dia em que forem recebidos. Em uma entrevista com o Inter-American Dialogue, o economista Roger Tissot, argumentou que a China pode usar os empréstimos por petróleo para “prevenir-se contra os picos dos preços futuros” (Myers 2011). Mas a China não pode se precaver através de empréstimo por petróleo porque está comprando o petróleo a preços de mercado spot. Por exemplo, a Petroecuador vende para a China com base nos preços da West Texas Intermediate (WTI). Se os preços da WTI subirem, os preços da China também subirão. Esse entendimento errado conspurcou

o nome dos empréstimos por petróleo. Em defesa disso, um especialista do FMI na África comentou: “Tudo depende dos termos” (Bräutigam 2009, 149)

Os termos de financiamento dos acordos de empréstimos por petróleo parecem ser melhores para os sul-americanos do que muitos acreditam. Houve quem criticasse os empréstimos para o Equador, o único país que revelou detalhes sobre seus empréstimos por petróleo. O analista de petróleo equatoriano, Fernando Villavicencio, argumentou que os termos, que incluem diferenciais de petróleo bruto e prêmios de negócios, “representam perdas de milhões de dólares para o Equador” (“Más” 2010). Como o petróleo do Equador é de qualidade mais baixa que o da WTI, os negócios têm um diferencial de preço de US\$ 4,20 a US\$ 7,20 por barril com relação ao petróleo bruto do Oriente, e de US\$ 7,90 a US\$ 10,70 para o petróleo bruto da Napo (“Negociaciones” 2010). Na época em que os negócios foram concluídos, o preço oficial da Petroecuador para o petróleo do Oriente incluía um diferencial de US\$ 5,67, e para o petróleo da Napo um diferencial de US\$ 9,45 (“Ecuador” 2010). Esses diferenciais parecem equiparar-se aos dos negócios chineses.

Os outros termos podem também equiparar-se às normas comerciais do Equador. A China paga prêmios de petróleo, ou faz pagamentos de títulos por barril acima do preço de mercado. A transação de 2009 adicionou a esses prêmios de US\$ 1,25 a US\$ 1,30 por barril em relação ao petróleo do Equador. A transação de 2010 cortou o prêmio para US\$ 0,50, o que criou forte controvérsia em Quito. Porém, a Petroecuador recentemente resolveu oferecer descontos por

barril para encorajar os negócios vultosos, portanto até os pequenos prêmios chineses são positivos (“Petroecuador” 2008). O componente final do pacote de financiamento é a taxa de juros do empréstimo. O CDB estabeleceu uma taxa de 7,25% para o primeiro empréstimo, 6% para o segundo e 6,9% para o terceiro. Essas taxas são altas porque o Equador

Principalmente devido a um entendimento errado sobre os preços do petróleo, os empréstimos foram vistos como perigosos para os devedores da América Latina.

deu um calote de US\$ 3,2 bilhões em títulos do governo em 2008 e 2009 (Mapstone 2008). Ainda assim são mais baixas que as taxas cobradas por credores de dívida soberana. De acordo com o JP Morgan’s EMBI + Index, tais credores cobram do Equador 8,45% sobre rendimentos do Tesouro (“Index” Information 2011).

O empréstimo soberano substituído da China ajudou o Equador a quitar sua dívida. Os empréstimos chineses cobriram o montante do seu calote, e dentro de apenas dois anos o Equador já havia conquistado a confiança dos investidores. Os títulos do governo estão tendo melhor desempenho que quaisquer outros da América Latina. Em consequência, o investimento do governo está levando a um recorde de crescimento econômico (Gill 2011). Ao tomar o lugar dos credores da dívida soberana equatoriana, em estado de choque, a China deu ao Equador uma segunda chance de reconquistar a confiança dos investidores.

Parece também que o Brasil e a Venezuela recebem preços de mercado nos seus empréstimos por petróleo. Os governos brasileiro e venezuelano não revelaram os detalhes desses acordos. Mas o governo venezuelano recentemente enviou documentos para o *Wall Street Journal*, a partir dos quais o jornal conclui que “a China parece estar pagando preços aproximados de mercado pelo petróleo” (De Córdoba 2011). Chao Caizhen, professor da Universidade do Povo, declara que o Brasil está também vendendo petróleo a preços de mercado (2010, 160).

O contrato dos empréstimos por petróleo permite que a China conceda empréstimos para devedores sem crédito, reduzindo o risco de calote desses devedores. Como

declarou o fundador do CDB, Chen Yuan, “garantir empréstimos por fornecimento de petróleo mantém efetivamente os riscos a um nível mínimo” (Forsythe and Sanderson 2011). O CDB pode impor juros diretamente sobre o pagamento de petróleo, garantindo que se o país desejar exportar petróleo para a China terá de pagar o empréstimo contraído. Um risco menor de calote significa prêmios mais baixos e taxas de juros menores. Dessa forma, o CDB foi capaz de oferecer o empréstimo de US\$ 20 bilhões para a Venezuela a uma taxa flutuante de 50 a 285 pontos-base acima da LIBOR, apenas uma fração dos 1.220 pontos-base cobrados em mercados de dívida soberana.

Ainda assim, o risco de calote é mais alto do que se pensa porque o petróleo não é uma garantia para o empréstimo. Se os devedores ameaçarem cortar o suprimento de petróleo, o CDB não pode obter petróleo extra nem receita de petróleo como compensação (EFE 2009; “Préstamo” 2010; Chao 2010; Jacob 2010). A China pode processar o devedor em tribunais internacionais de arbitragem, mas o governo chinês evita isso. Ao invés de levar o devedor inadimplente a uma arbitragem internacional, prefere provavelmente forçar o pagamento, bloqueando o comércio com o devedor (“Entrevista” 2011).

Em suma, os empréstimos por petróleo hoje constituem 69% dos empréstimos chineses totais para a região. Os empréstimos equatorianos por petróleo não parecem tão prejudiciais para os devedores da América Latina como se acredita, mas poucos detalhes financeiros estão disponíveis para a Venezuela ou o Brasil. Esses empréstimos com obrigações creditícias reduzem o risco de calote, permitindo que a China empreste a devedores menos dignos de crédito.

5. Modelo Diferente de Desenvolvimento? A China Procura Financiar um Conjunto de Projetos Diferentes mas Algumas Vezes Sobrepostos

Os empréstimos chineses para a LAC concentram-se mais em certos setores do que os da IFI e dos bancos ocidentais, embora haja sobreposição. Alguns argumentam que isso mostra que a China tem um modelo de desenvolvimento distinto das IFIs, favorecendo infraestrutura e industrialização para micro-intervenções nos serviços sociais e de saúde. Outros argumentam que os empréstimos chineses refletem os interesses chineses na região e dão acesso a recursos naturais e mercados-chave.

Os bancos chineses emprestam dinheiro para finalidades diferentes das de suas contrapartes IFIs ocidentais. Os empréstimos chineses concentram-se na infraestrutura e na indústria pesada, enquanto os ocidentais abrangem uma gama de finalidades governamentais, sociais e ambientais. (Figura 7). Os bancos chineses canalizam 87% de seus empréstimos para os setores de energia, mineração, infraestrutura, transporte e habitação (EMITH). Apenas 29% dos empréstimos do BID e 34% do Banco Mundial destinam-se aos setores EMITH. Contrariamente, mais de um terço dos empréstimos do BID e do Banco Mundial é voltado para os setores de saúde, social e ambiental, que não são contemplados nos investimentos chineses.

Segundo os próprios bancos chineses, eles concedem mais empréstimos EMITH porque procuram apoiar diretamente o crescimento econômico e não o bem-estar social. O website do Banco Ex-Im da China mostra que seus projetos devem “poder gerar receita cambial e criar empregos nos países devedores. [Os empréstimos] concentram-se no apoio à infraestrutura, tais como projetos de energia, transporte e telecomunicação, e em setores de alta eficiência, como produto e processos industriais e agrícolas, no país devedor.”

Bräutigam argumenta que na África a China está atendendo a uma necessidade de empréstimo nos setores EMITH, abandonados pelo Banco Mundial há décadas. Mostra que de 1946 a 1961 três quartos dos empréstimos do Banco Mundial

Figura 7. Empréstimos Bancários para a América Latina por Setores, 2005–2011

(US\$ milhões)	Total	Banco Mundial	BID	Bancos chineses
Saúde	\$8.135	\$5.993	\$2.142	\$0
Educação	\$3.157	\$1.775	\$1.382	\$0
Água, meio ambiente	\$6.794	\$2.222	\$4.573	\$0
Administração pública	\$8.762	\$4.798	\$3.964	\$0
Finanças, comércio	\$4.199	\$2.169	\$2.030	\$0
Habitação, infraestrutura, Transporte	\$51.900	\$4.490	\$5.551	\$41.858
Energia, mineração	\$9.824	\$1.967	\$2.713	\$5.144
Outros	\$8.459	\$96	\$1.263	\$7.100
TOTAL	\$101.228	\$23.510	\$23.616	\$54.102

Fontes chinesas: Ver Banco de dados. Fontes do Banco Mundial e BID: respectivos relatórios anuais. Anos: somente 2010 a 2011

foram destinados a transporte e eletrificação (Bräutigam 2009, 133). Hoje, essa quota despencou devido às Metas de Desenvolvimento do Milênio, que focam na atenção dos emprestadores sobre indicadores do bem-estar social (2009, 77). Os bancos chineses, por outro lado, copiam o foco dos bancos japoneses em infraestrutura e transportes, porque reconhecem a importância desses setores para o desenvolvimento chinês na década de 1970 (2009, 48). É interessante ver que a filosofia de empréstimo do Banco Ex-Im Bank da China está mostrando sinais de mudança. O relatório anual do banco em 2010 registra: “De acordo com as diretrizes de investimento estrangeiro do Governo Central, que exigem investimentos prudentes e efetivos no exterior, o Banco deu pleno apoio a projetos em áreas-chave, tais como infraestrutura, medicina e saúde, educação [e] proteção ambiental” (“Export-Import” 2010, 28). Embora os empréstimos destinados à área social possam estar ganhando terreno dentro da China, ainda não vimos comprovação deles no portfólio internacional do banco.

Concluimos que a atuação dos bancos chineses e das IFIs e bancos ocidentais não se sobrepõe significativamente na América Latina porque eles concedem empréstimos de montantes diferentes para diferentes setores em diferentes países. Os empréstimos chineses são maiores, destinam-se aos setores EMITH e concentram-se no Equador e na Venezuela. Os empréstimos das IFIs são menores, incluem setores como saúde, meio ambiente e administração pública, e privilegiam governos a favor dos Estados Unidos, como o México e a Colômbia. Tantos os bancos chineses

quanto as IFIs concedem empréstimos substanciais para o Brasil e a Argentina. No Brasil, os empréstimos do BNDES concentram-se em geral nos setores EMITH, embora uma grande proporção do total destine-se especificamente à produção agrícola.

6. Não Há Condicionalidade Política nos Empréstimos Chineses mas Ainda Há Obrigações Creditícias

Comparamos os termos do Banco Mundial e dos bancos chineses com empréstimos similares para avaliar se as condições eram significativamente distintas. Enquanto o Banco Mundial tenta reformular o projeto e até mesmo a organização que recebe o empréstimo, os bancos chineses não exigem que o devedor mude suas políticas em troca de financiamento. Mas, em geral, exigem que usem parte do empréstimo em bens chineses.

O Banco Mundial impõe condições rigorosas aos seus devedores. Por exemplo, o empréstimo de US\$ 30 milhões do BIRD para a Argentina em 2010 exigiu que o governo argentino apresentasse inúmeros balanços e relatórios de avaliação e contratasse especialistas aprovados pelo banco para monitorar a transparência e a eficiência (“Loan” 2010, 8). Os termos de empréstimo do Banco Mundial em geral vão da administração do projeto até a reforma da própria organização que

toma o empréstimo. O BIRD emprestou US\$ 485 milhões para o estado do Rio de Janeiro no Brasil, em janeiro de 2011, como “apoio orçamentário” ou financiamento discricionário. Embora o Banco Mundial não indicasse ao estado do Rio de Janeiro como usar o empréstimo, só transferiria o dinheiro depois do atendimento a uma lista de condições de duas páginas. Para receber a primeira metade do empréstimo o estado do Rio de Janeiro teve de integrar as tarifas do transporte intermunicipal, expandir os recursos humanos e o financiamento do departamento de meio ambiente, cobrar taxa dos usuários pelo gerenciamento da rede de distribuição de água, implementar uma política de atenuação de riscos de desastres, mediar acordo sobre planos habitacionais com os governos municipais, ampliar programas de regularização fundiária, criar programas sociais nas favelas, e estabelecer um comitê diretivo encabeçado pelo vice-governador. Para receber a segunda metade do empréstimo, o estado do Rio de Janeiro terá de reestruturar a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, dobrar a capacidade de regularização da posse da terra, mudar as regras operacionais do Fundo

Dos bancos chineses e das IFIs e bancos ocidentais não se sobrepõem significativamente na América Latina porque eles concedem empréstimos de montantes diferentes para diferentes setores em diferentes países.

Estadual de Habitação para famílias de baixa renda, criar um plano integrado de governança metropolitana, e executar um programa de monitoramento e avaliação (“Report” 2011).

Os bancos chineses concedem empréstimos maiores com mais liberdade no processo de acompanhamento dos gastos. O *Financial Times* declara que os bancos chineses “tendem a impor condições de transparência menos onerosas” (Dyer 2011). O presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz, reclamou que as empresas chinesas “não respeitam” os Princípios do Equador que estabeleceram normas sociais e ambientais para empréstimos (Crouigneau and Hiault 2006). O ex-presidente do Banco Europeu de Investimento (European Investment Bank—EIB), Philippe Maystadt, citou

que os bancos chineses roubam os projetos do EIB “reduzindo as condições que o banco impôs em termos de normas trabalhistas e proteção ambiental” (Parker and Beattie 2006). Os funcionários dos governos africanos declararam que “há risco de alguns governos africanos usarem dinheiro chinês de forma errada para evitar pressão do Ocidente no sentido de um bom governo” (Swann and McQuillen 2006) Em consequência, o professor Paul Collier de Oxford declarou que “os chineses estão tornando a [governança] pior” (Bräutigam 2009, 13).

Porém outros argumentam que os empréstimos chineses oferecem um modelo novo, potencialmente liberal de empréstimo não-intervencionista. Um porta-voz do governo de Uganda disse “As condições dos [credores ocidentais] são provavelmente bem intencionadas, mas são humilhantes” (Swann and McQuillen 2006). O embaixador da China na Bolívia, Shen Zhiliang, disse com orgulho que é um “princípio” da China não “impor condições políticas em caso de ajuda estrangeira”⁴ (“Bolivian” 2011). A Fundação Heritage declarou que “Muitos governos africanos aprovam a política

chinesa de ‘não-interferência’ nos seus assuntos internos” (Brookes 2007). O presidente venezuelano Hugo Chávez declarou que a ajuda chinesa “difere de outros empréstimos multilaterais porque não tem obrigações creditícias, tais como escrutínio de finanças internas” (Romero and Barrionuevo 2009). De fato, Bräutigam observa que o empréstimo chinês segue Os Cinco Princípios de Coexistência

Pacífica da nação, que proíbem a intromissão em assuntos domésticos de outros países (Bräutigam 2009, 24). Ela argumenta que os empréstimos chineses constituem realmente uma filosofia diferente de assistência ao desenvolvimento. Ao invés de forçarem os devedores a seguir as diretrizes ocidentais, os credores chineses tratam-nos como iguais e simplesmente procuram fazer negócio com eles (2009, 10). Se o empréstimo chinês parece gerar crescimento econômico, os países em desenvolvimento podem rejeitar a filosofia do

⁴ Vale notar que a China quase nunca ajuda países que reconhecem Taiwan (República da China) como o governo legítimo da China. A única exceção que conhecemos é o Haiti.

“big brother” do Banco Mundial e exigir tratamento igual das potências ocidentais.

Embora os bancos chineses não procurem reformar seus devedores com política de condicionalidades de estilo ocidental, usam outras obrigações para tentar reduzir os riscos dos empréstimos. Quase sempre atrelam seus empréstimos a compra de bens chineses. Afora alguns empréstimos por petróleo e empréstimos menores com poucos detalhes disponíveis, encontramos condições em todos os outros, exigindo que o devedor compre equipamentos para construção, petróleo, telecomunicações, satélites e trens. Alguns reservam apenas uma pequena porção de fundos vinculados, como o empréstimo por petróleo de US\$ 1 bilhão para o Equador em 2010, que exigia 20% de compras de produtos chineses. No outro extremo, o Banco Ex-Im da China concede 100% de créditos de exportação, como o empréstimo de US\$ \$1,7 bilhão para pagar a uma empresa chinesa pela construção da usina hidrelétrica Coca-Codo Sinclair no Equador em 2010. Quando a Venezuela se comprometeu a usar a maioria do seu empréstimo de US\$ 20 bilhões em 2010 em bens e serviços chineses, o CDB alocou metade em moeda chinesa (De Córdoba 2011). Foi o maior empréstimo em moeda chinesa até hoje, mas o Banco Ex-Im da China também concedeu linhas de crédito em moeda chinesa para a Jamaica e a Bolívia para equipamentos e materiais de construção (“Montego” 2007; Morales 2011).

Quanto aos empréstimos por petróleo, as exigências de compra permitem que os bancos chineses reduzam seu risco de calote e ofereçam taxas de juros mais baixas. A linha de crédito de US\$ 10 bilhões da China para a Argentina é de fato uma linha de crédito destinada a companhias ferroviárias chinesas. Como o dinheiro ficará efetivamente na China, o CDB cobrou 600 pontos-base acima da LIBOR, menos que o spread de 838 pontos-base da dívida soberana da Argentina (Gill 2011). Da mesma forma, o Banco Ex-Im da China concedeu ao Equador um crédito de exportação de US\$ 1,7 bilhão a uma taxa de 6,9%, bem abaixo do spread de 935 pontos-base do Equador. Devemos lembrar que as exigências de compra também reduzem as possibilidades de corrupção no âmbito do devedor (Bräutigam 2009, 293).

Tal como os credores chineses, o Brasil estabeleceu fortes vínculos entre suas práticas de empréstimo e o consumo de bem brasileiros. O financiamento do BNDES só se encontra disponível para as empresas estrangeiras que tenham estabelecido uma subsidiária local em território brasileiro, ou para aquelas localizadas no exterior mas que tiram proveito de modalidades de crédito de comprador para adquirir bens produzidos no Brasil, fortalecendo assim as exportações. Uma subsidiária do BNDES, a Agência de Financiamento Industrial (Finame), é particularmente ativa na concessão dessas linhas de crédito para favorecer a compra de bens brasileiros.

Os bancos chineses não exigem que o devedor mude suas políticas em troca de financiamento. Mas, em geral, exigem que usem parte do empréstimo em bens chineses.

Esse papel é decorrente da dupla função do BNDES, que é sede da Agência de Crédito de Exportação do Brasil (EXIM Brasil) e gerenciador de seu Fundo de Comércio Exterior (FGCE) desde que os dois foram estabelecidos, em 2010. Através dessas instituições, o perfil do Departamento de Comércio Exterior cresceu significativamente, e com a criação de uma nova linha de crédito de US\$ 900 milhões para EXIM Automático no final de 2012 (e negociação de um adicional de US\$ 400 milhões) espera-se que continue a crescer bastante no futuro previsível.

A diferença entre as obrigações dos empréstimos chineses e dos empréstimos ocidentais ajuda a explicar a diferença dos países que tomam emprestado dos chineses e dos que tomam emprestado dos ocidentais. Os governos de esquerda do Equador, Venezuela e Bolívia evitam pedir empréstimo ao Banco Mundial para se verem livres das políticas neoliberais que o Banco Mundial impõe. Consideram as exigências de compra ligadas aos empréstimos chineses menos objetáveis porque eles pretendem incrementar seus setores EMITH a baixo custo, usando equipamentos chineses. Os devedores leais ao Banco Mundial e ao BID—México, Colômbia e Peru—estão desenvolvendo projetos fora dos setores EMITH para os quais as exigências de compra de bens chineses seria um fardo. Eles vêm cooperando com os bancos dos Estados

Unidos e o Banco Mundial há décadas, e consideram as exigências de transparência e reforma menos onerosas que os equipamentos chineses. O Brasil e a Argentina aceitam empréstimos ocidentais quando consideram aceitável atender às normas ocidentais. Ao mesmo tempo, pedem empréstimos chineses para equipamentos de petróleo, mineração e trens porque se dispõem a usar produtos chineses e a fazer pouca objeção às exigências de compras.

7. Diretrizes Ambientais Existem, mas Não Equivalentes às de Suas Contrapartes Ocidentais

Grandes projetos de infraestrutura e indústria pesada podem criar problemas ambientais na LAC. Em resposta aos esforços da sociedade civil de “tornar verde” os bancos de desenvolvimento, muitos bancos ocidentais hoje têm diretrizes ambientais significativas. A China criou diretrizes similares para seus bancos de desenvolvimento. Contudo, se compararmos essas diretrizes veremos que apesar do grande progresso na última década, as diretrizes chinesas ainda não se equiparam às de suas contrapartidas ocidentais.

As organizações de proteção ambiental mostraram preocupação com a possibilidade das empresas chinesas transferirem sua frouxa adesão à regulamentação ambiental nacional para projetos de construção na América Latina e na África. Dentro da China, as regulamentações ambientais são constantemente descumpridas. Em 2009, o Ministério de Proteção Ambiental declarou que 15,5% de projetos foram iniciados sem aprova-

ção, 9,6% das empresas que foram fechadas por razões ambientais voltaram a operar sem permissão, e 25% das principais fontes de poluição não estavam operando de forma adequada (McElwee 2009). Além disso, grande parte dos empréstimos chineses destina-se a indústrias ambientalmente sensíveis,

como mineração, ou a projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento com baixas normas ambientais. International Rivers e Friends of the Earth, duas organizações de proteção ambiental, mostraram em julho de 2004 que o Banco Ex-Im da China financiou projetos que outras instituições financeiras haviam se recusado a financiar. Por exemplo, em dezembro de 2003, o Banco Ex-Im da China financiou a Represa de Merowe no Sudão, um projeto de pouco interesse para financiadores, em parte devido à necessidade de deslocar 50 mil pessoas (Bosshard 2010). Em 2007 a OECD recomendou que a China “melhorasse a fiscalização governamental e o desempenho ambiental das operações de corporações chinesas no exterior” (OECD 2007, 12). Até mesmo líderes chineses fizeram eco a essas preocupações. Cheng Siwei, membro líder do Congresso do Povo, declarou em janeiro de 2007: “Mesmo em países em desenvolvimento, as empresas estrangeiras que fecharem os olhos para suas responsabilidades sociais serão expulsas do mercado.” (Bosshard 2008, 11)

Os investimentos liderados pelos chineses em Angola e na Zâmbia levaram a violações trabalhistas e ambientais internacionalmente documentadas (Kotschwar, Moran, and Muir). No Peru, práticas ambientais precárias propiciaram um conflito de quase duas décadas entre a empresa chinesa de mineração Shougang, seus trabalhadores e a população local. Uma inspeção realizada em 2006 pela agência reguladora de investimento de mineração do Peru constatou que 12% da força de trabalho de Shougang sofria de doença pulmonar não declarada. Além dos problemas de saúde, Shougang foi multada por danos ambientais e pela contaminação dos suprimentos de água para a comunidade local e áreas vizinhas (Kotschwar, Moran, and Muir 2011). Segundo Hermilia Zamudio, uma moradora local: “Os chineses nos veem quase como escravos. Não querem se

rebaixar falando conosco, e quando precisam resolver problemas aqui usam seus capangas” (Romero 2010). O relacionamento negativo entre Shougang e a comunidade levou outras comunidades a temerem práticas similares.

Financiadores têm um papel importante ao assegurarem que as diretrizes sociais e ambientais devem ser adotadas e praticadas. Porém o atrativo de grandes empréstimos para áreas carentes levou funcionários do governo de países devedores a contornar seus regulamentos. Na Argentina, a

O governo chinês, nos últimos cinco anos, ter procurado incorporar diretrizes ambientais e sociais aos procedimentos dos seus bancos.

ção, 9,6% das empresas que foram fechadas por razões ambientais voltaram a operar sem permissão, e 25% das principais fontes de poluição não estavam operando de forma adequada (McElwee 2009). Além disso, grande parte dos empréstimos chineses destina-se a indústrias ambientalmente sensíveis,

Heilongjiang Beidahuang State Faros Business Trade Group Co. Limited e o governo da província de Rio Negro assinaram um contrato em 2010. Esse contrato concede à Heilongjiang um arrendamento de 320 mil hectares de terra para produção agrícola na Patagônia e o direito de construir um sistema de irrigação por US\$ 1,45 bilhão. Contudo, esse contrato deu origem a sérias críticas de Raúl Montenegro, presidente da Fundação de Defesa Ambiental. Montenegro, ganhador do renomado Prêmio Nobel Alternativo, acusou o governo de Rio Negro de violar leis ambientais nacionais e provinciais em razão do empréstimo (Hanks and Lopez-Gamundi 2011).

Diretrizes Ambientais Evoluindo na China

Muita gente talvez se surpreenda do governo chinês, nos últimos cinco anos, ter procurado incorporar diretrizes ambientais e sociais aos procedimentos dos seus bancos a fim de aprimorar práticas de empréstimos nacionais e internacionais.

Diretrizes Evolutivas⁵

Desde a década de 1970, o Conselho do Estado vem aos poucos tentando fortalecer a proteção ambiental. A “Lei de Proteção Ambiental” (Provisória), de 1979, e a “Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China”, de 1989, criaram uma estrutura de procedimentos para proteção e avaliação de impactos ambientais (EIA—sigla em inglês) dentro da China (Global Environmental Institute 2011). Essas leis foram mais tarde fortalecidas com a decretação, pelo Conselho de Estado, da “Lei de Avaliação

⁵ Para uma história completa do sistema EIA de desenvolvimento da China, ver: ed. Zhu, Tan and Kin-Che Lam (2009). “Environmental Impact Assessment in China.” Nankai University Research Center for Strategic Environmental Assessment and The Chinese University of Hong Kong Centre of Strategic Environmental Assessment for China. Extraído em 13 Jan 2012, de http://cseac.grm.cuhk.edu.hk/publications/EIA_IN_CHINA.pdf.

Figura 8: Principais Diretrizes Ambientais dos Bancos Chineses

Regulações Conselho de Estado	Quando Adotadas
Lei de Proteção Ambiental (Provisória)	1979
Lei de Proteção Ambiental da República Popular da China	1989
Lei de Avaliação de Impacto Ambiental da República Popular da China	1-Sep-03
Ministério do Comércio	
Disposições sobre Autorização do Investimento para Realizar Negócios no Exterior	2005
Diretrizes para Manejo Sustentável de Florestas no Exterior por empresas chinesas (com o Departamento de Silvicultura do Estado)	27-Ago-07
Diretrizes sobre Gestão e Utilização Sustentáveis de Florestas no Exterior por empresas chinesas (Com o Departamento de Silvicultura do Estado)	31-Mar-09
Comissão Regulatória dos Bancos da China	
Opinão sobre Fortalecimento das Instituições Bancárias de Responsabilidade Social Corporativa	Nov-07
Banco de Desenvolvimento da China	
Diretrizes para Análise Crítica de Proteção Ambiental no Desenvolvimento de Projetos	
Estrutura de Avaliação do Impacto Ambiental para Empréstimos a Empresas de Pequeno e Médio Portes (SMEs)	
Diretrizes para Empréstimos Especiais para Conservação de Energia e Redução de Emissões	
Planificação de Empréstimos para Controle de Poluição e Redução de Emissões	
Banco Ex-Im da China	
Diretrizes para Avaliação de Impacto Ambiental e Social sobre Projetos de Empréstimo	2004; Revisado

Fonte: Instituto Ambiental Global (2011). “Environmental Policies on China’s Investment Overseas.” China Environmental Science Press.

de Impacto Ambiental da República Popular da China,” posta em vigor a 1 de setembro de 2003.⁶ Essa lei ampliou o papel específico da EIA de avaliação de poluição para uma eco-avaliação global, e vem sendo um componente crítico de encorajamento de mudanças em toda a burocracia da China (Global Environmental Institute 2011). Além disso, essa norma estabeleceu oficialmente a EIA como um fator importante na decisão sobre o prosseguimento de um projeto (Law of the People’s Republic of China).

Nos últimos anos, a Administração de Proteção Ambiental do Estado (SEPA—sigla em inglês) assumiu um papel de liderança na implementação da “Lei de Avaliação de Impacto Ambiental da República Popular da China”. Em fevereiro de 2004, a SEPA e o Ministério de Pessoal estabeleceram em conjunto um sistema de certificação para engenheiros da EIA e intensificaram as exigências para os técnicos especializados da EIA (Zhu and Lam 2009, 55). Essas medidas foram mais tarde fortalecidas quando a SEPA adotou os Princípios do Equador, em janeiro de 2008 (Bräutigam 2010, 36). Os bancos de desenvolvimento da China seguiram esse exemplo com suas próprias diretrizes. As diretrizes mais importantes para ambos são respectivamente as “Diretrizes para Análise Crítica de Proteção Ambiental de Projeto de Desenvolvimento” do CDB e as do Banco Ex-Im da China, de 2007, “Diretrizes de Avaliação de Impacto Social e Ambiental dos Projetos de Empréstimo” (Global Environmental Institute 2011, 61-63). De acordo com essas diretrizes, as práticas de empréstimos nos maiores bancos de desenvolvimento da China incorporam benefícios sociais e proteções ambientais.

As “Diretrizes para Análise Crítica de Proteção Ambiental de Projeto de Desenvolvimento” do CDB focam na análise crítica da adequação do cliente, realizada pela EIA *ex-ante* e pela monitoração ambiental *ex-post*. O CDB realiza a análise crítica de adequação do cliente através da avaliação do registro ambiental da empresa que solicita o empréstimo. Depois orienta uma análise criticada da EIA *ex-ante* para assegurar-se de que custos relativos a recursos naturais e proteção ambiental sejam incorporados aos custos operacionais do projeto. Após a conclusão do projeto, realiza

então a monitoração ambiental *ex-post*. Essa monitoração inclui consultas às agências ambientais e análise crítica para ver se os métodos de implementação do projeto estão em conformidade com os requisitos de proteção ambiental (Global Environmental Institute 2011, 62-63).

Além de fortalecer as diretrizes internas, o CDB engajou-se na comunidade internacional a fim de fortalecer suas práticas domésticas de empréstimo. Por exemplo, fez uma parceria com o Banco Mundial em projetos de empréstimo, que levou à criação da “Estrutura de Avaliação de Impacto Ambiental para Empréstimos a Empresas de Pequeno e Médio Porte (PMEs).” Essa estrutura é aplicável apenas dentro da China, mas pode ocorrer *spillover* devido à familiaridade com essas práticas de empréstimo. O CDB está atualmente considerando adotar os Princípios do Equador, o que fortaleceria ainda mais seus procedimentos sociais e ambientais (Global Environmental Institute 2011, 62-63).

O Banco Ex-Im da China tem sido um líder doméstico de políticas ambientais. Logo depois da promulgação da “Lei de Avaliação de Impacto Ambiental da República Popular da China”, em 2003, criou suas próprias diretrizes internas. As “Diretrizes de Avaliação de Impacto Social e Ambiental para Projetos de Empréstimos” foram estabelecidas em 2004, e atualizadas e publicadas em agosto de 2007.⁷ Essas diretrizes fortaleceram a necessidade de análise crítica do impacto social e ambiental durante o processo de aprovação do empréstimo, exigindo uma EIA antes e depois do projeto e uma avaliação periódica de sua implementação. Mais especificamente, as diretrizes determinavam que as EIAs deviam prender-se a quatro pontos básicos:

- 1) Realizar EIA *ante e post* e monitorar a implementação do projeto
- 2) Basear a EIA nas diretrizes ambientais do país devedor
- 3) Respeitar os direitos dos habitantes locais às suas terras e recursos naturais
- 4) Solicitar opinião pública a respeito de projetos com potencial de sérios impactos adversos sobre o meio ambiente local

⁶ Para uma crítica completa da Lei de Avaliação de Impacto Ambiental, ver: Stender, Neal, Dong Wang, and Jing Zhou (2007). “China’s New Environmental Impact Assessment Law,” Orrick, Herrington, & Sutcliffe, LLP. Extraído em 13 Jan 2012, de <http://www.orrick.com/fileupload/1188.pdf>.

⁷ Um trecho (tradução livre) das Diretrizes de Avaliação do Impacto Social e Ambiental de Projetos de Empréstimo, do Global Witness, pode ser acessado em: http://www.google.com/url?sa=t&rc=1&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.globalwitness.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Flibrary%2FChinese%2520guidelines%2520EN.pdf&ei=kRrVTo_UHqWPOQGOKIGCAg&usq=AFQjCNEEmMROOFgHG33CvroLTdvyzYKo4pg.

As violações a esses pontos podem causar o embargo do empréstimo por parte do Banco Ex-Im da China ou a exigência de pagamento antecipado (Global Environmental Institute 2011, 61–62).

O Banco Ex-Im da China também trabalhou com as IFIs ao estabelecer práticas internacionais para empréstimos no exterior relativas a responsabilidades sociais e ambientais. Em 2007 assinou dois Memorandos de Entendimento com o Banco Mundial e a Corporação Financeira Internacional (IFC—sigla em inglês). Esses acordos fortaleceram esforços de cooperação nos projetos de energia e transporte na África, *equity investment* da IFC, e serviços de consultoria sobre assuntos ambientais (Bosshard 2008, 13).

Tal progresso deveu-se à pressão do governo central chinês e a organizações não-governamentais (em termos domésticos e globais). Em conversas do presidente do Banco Ex-Im da China Bank com Deborah Bräutigam, ele declarou que seu banco só trabalha com agências ocidentais para realizar as EIAs porque essas organizações gozam de mais credibilidade. Disse também que o Banco Ex-Im da China queria evitar que a questão ambiental se tornasse o assunto central, indicando tanto a pressão interna quanto a externa para a adesão às diretrizes ambientais e sociais (Bosshard 2010).

Segundo uma avaliação das políticas ambientais do BNDES pelo Instituto Mundial de Recurso, o banco encontra-se dentro de uma grande e relativamente abrangente estrutura de fomento, destinada a reger a proteção ambiental e as práticas de desenvolvimento sustentável. O BNDES está atualmente no processo de analisar suas próprias diretrizes e preparar regulamentos mais detalhados para controlar o impacto ambiental de seus investimentos em curso.

O BNDES e os bancos públicos federais do Brasil (incluindo a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil) assinaram um Protocolo Verde em 1995, visando a harmonizar práticas bancárias com desenvolvimento sustentável. (Esse acordo foi atualizado em 2008.) De acordo com o protocolo, as instituições comprometiam-se a fornecer linhas específicas de crédito “verdes” para aumentar a proteção ambiental, considerar os custos ambientais no gerenciamento de ativo, promover consumo sustentável de recursos, e fazer análise crítica das práticas de sustentabilidade com os devedores. Os projetos fora do Brasil financiados pelo BNDES são também sujeitos a um processo de triagem ambiental, que

torna o Departamento de Prioridades & Área de Crédito, o Comitê de Estruturação e Crédito, e a diretoria encarregados da estrutura, análise e aprovação do projeto, respectivamente (Widmer 2012).

Diretrizes Comuns Sociais e Ambientais

Ao longo dos últimos vinte anos as diretrizes sociais e ambientais foram incorporadas a muitos bancos de desenvolvimento regionais e governamentais, estabelecendo um conjunto de práticas de empréstimo internacionalmente acordadas. Essas práticas moldaram o fortalecimento da proteção social e ambiental dentro do mundo em desenvolvimento, condicionando esses valores à disponibilidade de empréstimos. As diretrizes comuns incluem:

1. *EIA ex-ante*: A EIA “é uma avaliação sistemática dos impactos potenciais sobre o meio ambiente com relação a um projeto apresentado, e suas alternativas” (Europe Aid). Da mesma forma que as definições internacionais, o Conselho de Estado da China definiu especificamente a EIA como “métodos e instituições destinadas a analisar prever e avaliar os impactos de programas e projetos de construção que possam ocorrer depois da realização desses projetos, a fim de proporem medidas de prevenção e mitigação de impactos desfavoráveis e fazerem um acompanhamento monitorado” (Zhu and Lam 2009, 26).
2. *Análise Crítica do Projeto da EIA*: Depois que a avaliação *ex-ante* do impacto ambiental for concluída, o banco deverá assegurar-se que as constatações da EIA serão consideradas e irão mitigar o impacto social e ambiental do projeto.
3. *Normas Sociais e Ambientais de Indústrias Específicas*: O projeto deve incorporar as normas relevantes das indústrias específicas, que são geralmente aquelas definidas pelo Banco Mundial e a IFC.
4. *Assegurar Conformidade às Regulações & Leis Ambientais do País Devedor*: O banco deve assegurar-se de que o projeto atenderá às leis e regulamentos ambientais do país devedor.
 - a. *Assegurar Conformidade às Leis e Regulações Ambientais Internacionais*: O banco deve assegurar-se de que o projeto atenderá às leis e regulamentos ambientais internacionais, em geral estabelecidas pelo Banco Mundial ou a IFC.

5. *Consultas Públicas com as Comunidades Afetadas pelo Projeto*: O governo, o devedor ou um especialista terceirizado deve oferecer consultas públicas com as comunidades afetadas e incorporar seus problemas ao projeto sempre que possível. É crucial a divulgação precoce de informações relevantes com relação ao projeto e aos resultados da EIA.
6. *Mecanismo de Reclamação*: Exige-se que o devedor crie um mecanismo para receber, facilitar e encaminhar problemas levantados pelas comunidades afetadas ao longo da duração do projeto.
7. *Monitoração e Análise Crítica Independentes*: Para assegurar a devida prestação, um especialista em assuntos sociais e ambientais, não associado ao devedor, deverá fazer uma análise crítica da EIA, do projeto e do processo de consulta (Equator Principles 2006).
8. *Estabelecer Acordos Ligados ao Cumprimento das Exigências*: Os empréstimos devem atrelar o cumprimento das diretrizes ambientais através de acordos. A violação das diretrizes estabelecidas levarão à revisão do contrato ou possível cancelamento de fundos.

9. *EIA ex-post*: Depois do projeto concluído, o devedor deverá realizar uma EIA final para analisar o impacto total do projeto sobre a sociedade e o meio ambiente.

Ao citarmos as nove diretrizes comuns listadas acima, fizemos duas comparações lado a lado de diretrizes oficiais para avaliar até que ponto o CDB e o Banco Ex-Im da China incorporaram diretrizes sociais e ambientais às suas práticas atuais de empréstimo. Primeiro, como o CDB é muito similar a um banco de desenvolvimento, comparamos suas diretrizes com as do Banco Central, da Corporação Financeira Internacional e do BID. (Depois comparamos as diretrizes do Banco Ex-Im da China com as do Banco Ex-Im dos Estados Unidos, pois ambos promovem suas corporações domésticas no exterior (Tabela 10).

O CDB incorpora atualmente quatro das diretrizes sociais e ambientais comumente adotadas às suas práticas de empréstimo. (Essas diretrizes incluem: avaliação de impacto ambiental, análise crítica do projeto, consultas públicas com as comunidades afetadas pelo projeto, e uma avaliação *ex-post* de impacto ambiental.) É interessante ver que o CDB é o único banco de desenvolvimento dentre os três da Tabela

Figura 9. Comparação Lado a Lado das IFIs com o CDB

Diretrizes Ambientais	Banco Mundial	Corporação Internacional Financeira (IFC)	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Banco de Desenvolvimento da China (CDB)
Avaliação ex-ante de Impacto Ambiental	X	X	X	X
Análise do Projeto de Avaliação do Impacto Ambiental	X	X	X	X
Normas Sociais e Ambientais específicas da Indústria	X	X		
Assegurar o Cumprimento das leis e regulações do País devedor	X		X	X*
e das leis e regulações ambientais internacionais	X			
Consultas Públicas com as Comunidades Afetadas pelo Projeto	X	X	X	
Mecanismo de Reclamações	X	X		
Análise Crítica e Monitoração Independentes	X			
Estabelecer Acordos ligados ao Cumprimento das Leis	X	X	X	
Avaliação de Impacto Ambiental Ex-post				X

*O BDC exige que, se os padrões ambientais do país empregador forem inadequados, a empresa siga os padrões chineses ou as melhores práticas internacionais.

Figura 10. Comparação Lado a Lado do Banco Ex-Im da China com o Ex-Im dos Estados Unidos*

Diretrizes Ambientais	Banco Ex-Im dos Estados Unidos	Banco Ex-Im da China
Avaliação ex-ante do Impacto Ambiental	X	X
Análise crítica de Projeto de Avaliação do Impacto Ambiental	X	X
Nomas ambientais e sociais específicas da indústria	X	
Assegurar o cumprimento das leis e regulações ambientais do país devedor	X	X*
e leis e regulações ambientais internacionais	X	
Consultas públicas com as comunidades afetadas pelo projeto	X	X
Mecanismo de reclamações	X	
Análise crítica e monitoramento independentes	X	
Estabelecer acordos ligados ao cumprimento das leis	X	X
Avaliação ex-post do Impacto Ambiental	X†	X

*O Banco Ex-Im da China exige que, se os padrões ambientais do país devedor forem inadequados, a empresa siga os padrões chineses ou as melhores práticas internacionais

†Os membros dos Princípios do Equador devem apresentar relatórios públicos anuais para serem examinados.

10 acima (BM, IFC e BID) que exige uma avaliação *ex-post* do impacto ambiental. Essa exigência é um aprimoramento das atuais diretrizes da IFI, pois cria um processo formal de análise crítica do efeito total do projeto sobre a comunidade e o meio ambiente, permitindo futuras ações corretivas.

O CDB esforçou-se também para aumentar a transparência, publicando um relatório anual de responsabilidade social corporativa no seu website, em inglês e em chinês. Em consequência de seus esforços, ganhou inúmeros prêmios domésticos, inclusive o “Prêmio de Responsabilidade Social do Povo” (consecutivamente nos últimos cinco anos), “Banco Mais Socialmente Responsável do Ano” em 2010, e “Corporação Mais Socialmente Responsável em 2010” (CDB 2010).

Contudo, o CDB não incorpora a seu processo quatro diretrizes de ampla aceitação: mecanismo de reclamação, exigência do cumprimento de leis e regulamentos ambientais internacionais, análise crítica e avaliação independentes, ou estabelecimento de acordos ligados ao cumprimento das exigências. O mecanismo de reclamação, análise crítica e avaliação independentes são vias importantes para encaminhar problemas públicos e assegurar transparência ao longo do processo. Além disso, todas as normas ambientais aplicadas são as normas do país devedor, geralmente menos restritivas que as leis e regulamentos ambientais internacionais (Global Environmental Institute 2011, 62-63).

O Banco Ex-Im da China incorporou também a EIA, a análise crítica do projeto, as consultas públicas com as comunidades afetadas pelo projeto, e uma EIA *ex-post* às suas diretrizes ambientais e sociais. Uma tradução livre do Banco Ex-Im da China em 2007—“Diretrizes de Avaliação de Impacto Ambiental e Social dos Projetos de Empréstimo”—cita a exigência de uma EIA *ex-ante*, e mais adiante declara que “os projetos que forem nocivos ao meio ambiente ou que não tenham endosso ou aprovação da administração ambiental não serão financiados.” Assim como o CDB, o Banco Ex-Im da China exige também uma EIA *ex-post*. Baseado nas constatações da EIA *ex-post*, o banco “revisará as medidas tomadas antes e durante a implementação dos projetos. Quando necessário, as exigências e políticas relacionadas serão completamente revisadas.” O Banco Ex-Im da China, em contraste com outras IFIs ou o Ex-Im dos Estados Unidos, não cita nenhum limite financeiro para aplicar sua EIA. Essa omissão pode ampliar o processo de triagem para incluir um número maior de projetos (Environmental Defense 2007). O Banco Ex-Im da China esforçou-se também para aumentar a transparência, publicando uma visão geral de grandes projetos e uma seção de responsabilidade social corporativa no seu relatório anual, disponível no seu website em inglês e chinês.

O Banco Ex-Im da China ultrapassa o CDB ao exigir análise crítica do empréstimo ao longo da sua duração e estabelecer

acordos ligados ao cumprimento das exigências. Portanto, a descoberta de impactos ambientais negativos antes e durante o curso do projeto levará o Banco Ex-Im da China a “exigir à unidade de implementação que tome medidas corretivas e preventivas imediatas. Caso contrário, o apoio financeiro será descontinuado” (Environmental Defense 2007). Esses acréscimos são um passo à frente para empréstimos de responsabilidade social e ambiental, pois ligam diretamente os empréstimos ao cumprimento das diretrizes.

Porém, apesar desses acréscimos as diretrizes do Banco Ex-Im da China permanecem relativamente limitadas. O banco ainda necessita exigir a incorporação das leis e regulamentos ambientais internacionais, um mecanismo de reclamações, ou a análise crítica e avaliação independentes. Essas exigências adicionais abririam caminho para a mitigação de quaisquer problemas ambientais e sociais em potencial que emergissem ao longo da duração do projeto.

Implementação de Diretrizes Ambientais

Embora a China tenha feito um progresso significativo nos cinco últimos anos, é difícil saber até onde os bancos de desenvolvimento chineses implementaram essas diretrizes ambientais. Essa dificuldade deve-se provavelmente às leis bastante recentes, à frouxa adesão às leis ambientais domésticas, às barreiras linguísticas durante as consultas com as comunidades afetadas, e à falta de informação disponível ao público.

Considerando o tempo de existência da indústria de empréstimo para desenvolvimento, o CDB e o Banco Ex-Im da China são operadores novatos e sua adoção das diretrizes ambientais e sociais é relativamente nova. Em comparação com o Banco Mundial da década de 1980, o CDB e o Banco Ex-Im da China estão relativamente avançados no tempo, pois iniciaram a implementação de diretrizes bem mais cedo. A China emprestou à América Latina US\$ 75 bilhões desde 2005, com mais da metade do total emitido depois de 2009. Muitos desses projetos têm longos períodos de construção com o trabalho ainda em andamento, o que torna difícil nesse ponto avaliar a efetividade das diretrizes nas práticas de empréstimos chineses.

Um fator de complicação é a frouxa adesão às leis ambientais domésticas. Em 2004, uma investigação conjunta realizada pelo SEPA e o Ministério da Terra e Recursos Naturais constatou que apenas 30% a 40% dos projetos de construção de minas eram submetidos ao procedimento da EIA (Gu

2005). Essa investigação ocorreu após a implementação da nova lei do Conselho de Estado, mostrando que há metas conflitantes quando se trata de rápido crescimento econômico versus proteção ambiental. A adesão casual à proteção ambiental continuou, como evidenciado pelo forte impacto da poluição sobre as cidades da China. Em Beijing, a Embaixada dos Estados Unidos avaliou que a qualidade do ar é insalubre 80% do tempo, causando problemas de saúde para a população da cidade (Andrews 2011). Estima-se que somente em 2010 tenha havido 171 acidentes ambientais dentro da China (Rong, Ying, Yuan 2011).

Acidentes ambientais domésticos e internacionais causaram a preocupação de que, considerando o fraco cumprimento da lei, a adesão de companhias chinesas às diretrizes ambientais de outro país permanecesse baixa. Esse precário cumprimento dos regulamentos domésticos pode potencialmente transferir-se para projetos de construção realizados por firmas chinesas na América Latina e na África, onde a maioria dos empréstimos é voltada para indústrias ambientalmente sensíveis, como mineração ou infraestrutura.

As barreiras linguísticas são outro obstáculo para avaliar a implementação das diretrizes ambientais. Essas barreiras podem dificultar os esforços para a realização de consultas com as comunidades afetadas, limitar a compreensão das leis e regulamentos ambientais do país devedor, e enfraquecer a comunicação entre a empresa chinesa e o governo devedor.

Finalmente, devido à natureza sensível dos empréstimos na China, há uma escassez total de informações disponíveis ao público. Isso é agravado pela falta de informações no website: nem os websites do CDB nem os do Banco Ex-Im da China listam as constatações da EIA relativas aos seus grandes projetos, em inglês ou em chinês.

Apesar disso, algumas firmas chinesas estão aderindo às práticas ambientais e sociais. No Peru, a Chinalco tomou medidas para seguir as diretrizes ambientais e sociais. Realizou uma EIA e promoveu audiências públicas com a comunidade local. Em dezembro de 2010 sua avaliação de impacto ambiental foi aprovada, e a empresa a partir daí contratou uma firma canadense para implementar um Sistema de Informações para Gestão Ambiental (Kotschwar, Moran, and Muir 2011). Além disso, o Banco Ex-Im da China suspendeu o financiamento de uma usina hidrelétrica no Gabão, depois que a ONG local Brainforest chamou a atenção para os problemas ambientais da sua localização em um parque nacional (Bosshard 2010).

Mais pesquisas serão necessárias para avaliar até que ponto os bancos chineses de desenvolvimento implementaram essas normas ambientais, particularmente em projetos de mineração e infraestrutura de grande porte. Esses projetos são os mais sensíveis ambientalmente e, como tal, têm mais probabilidade de enfrentar o escrutínio da EIA na China e no exterior.

Em conclusão, a adesão dos bancos chineses às diretrizes ambientais internacionais é relativamente recente, iniciada há cerca de cinco anos. Em comparação com outros bancos focados no desenvolvimento, O CDB e o Banco Ex-Im da China incorporam os princípios fundamentais da EIA, mas ambos têm um caminho a trilhar quanto às práticas de responsabilidade ambiental estabelecidas internacionalmente em relação a empréstimos. Além do mais, a avaliação da implementação total dessas diretrizes é dificultada pelo fato dos empréstimos serem recentes, pelo frouxo cumprimento doméstico das leis ambientais, pelo problema linguístico, e pela falta de informações disponíveis ao público. A China mostrou um progresso significativo quanto à incorporação das diretrizes sociais e ambientais às suas diretrizes oficiais, porém espera-se um progresso ainda maior.

8. Sumário e Conclusões

Para este *paper*, estimamos o volume dos financiamentos públicos chineses na América Latina e no Caribe, e examinamos a composição e características desses empréstimos. Depois comparamos essas estimativas com os empréstimos do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Ex-Im dos Estados Unidos na LAC. Constatamos que a China investiu cerca de US\$ 86 bilhões em empréstimos para países da América Latina a partir de 2005—mais que os financiamentos conjuntos do Banco Mundial, BID e Banco Ex-Im dos Estados Unidos no mesmo período. Examinamos também até que ponto os empréstimos chineses para a América são mais favoráveis, impõem condicionalidades políticas, e apresentam diretrizes ambientais menos rigorosas que as dos empréstimos de suas contrapartes ocidentais. Contrariamente às sugestões de outros observadores, constatamos que os termos dos empréstimos chineses na América Latina podem ser mais rigorosos que os dos empréstimos ocidentais, que os bancos

chineses não impõem condicionalidades políticas (mas impõem condições de outra natureza). E para surpresa de muitos, mostramos que os financiamentos chineses observam um conjunto de normas ambientais, embora essas diretrizes ainda não sejam equivalentes às diretrizes dos credores ocidentais.

Esperamos que este *paper* sirva de insumo a pesquisas empíricas sobre financiamentos chineses na LAC. A investigação que fizemos aqui dá crédito a algumas alegações sobre a China na América Latina, mas não a outras. Do lado positivo, é claro que a China é uma nova e crescente fonte de financiamento para os países da LAC, especialmente aqueles com pouco acesso aos mercados internacionais de capital. Além disso, na perspectiva da LAC esses empréstimos não têm as condicionalidades políticas dos empréstimos das IFIs e dos bancos ocidentais. Finalmente, com os empréstimos da China, as nações da LAC podem obter mais financiamento para os projetos industriais e de infraestrutura que buscam para ampliar o desenvolvimento a longo prazo—ao invés de seguirem as últimas tendências de desenvolvimento ocidental.

Em contrário a muitos comentários sobre o assunto, as nações da LAC, em geral, pagam um prêmio mais alto para empréstimos da China. Esse prêmio mais alto vem na forma de taxas de juros, não de empréstimos por petróleo. É voz corrente que a LAC meramente fornece barris de petróleo para a China em troca de financiamento e que, portanto, pode sair perdendo diante do aumento dos preços do petróleo. Mas nossa análise mostra que essa é uma má interpretação das evidências. A maioria dos empréstimos chineses por petróleo na América Latina é atrelada a preços de mercado, não à quantidade de petróleo. Entretanto, os empréstimos são em geral condicionados ao trabalho com empreiteiras e empresas chinesas, e essa condição representa mais um custo porque reduz o efeito de “*spillover*” em termos de contratação na LAC. Finalmente, embora os registros das IFIs e bancos ocidentais estejam longe de serem perfeitos, os bancos chineses não operam a par com as diretrizes ambientais dos bancos ocidentais. Essa distinção é grave, considerando que a composição e o volume dos empréstimos chineses são potencialmente mais degradantes em termos ambientais que os portfólios de empréstimos dos bancos ocidentais para a LAC.

À medida que mais projetos ocorram, esta pesquisa deverá ser complementada com estudos de casos já implantados, comparando projetos financiados pelos chineses com os financiados por ocidentais. Contudo, mesmo essa pesquisa será de difícil realização devido à falta de dados disponíveis e à experiência limitada da China de registrar tais atividades. Esperamos ter apresentado uma luz empírica sobre a atividade de financiamento da China na LAC, e que outros possam aprofundar e ampliar nossa análise no que tange às relevâncias políticas.

Bibliografia

- (2007). "Montego Bay Convention Centre." Urban Development Corporation. Extraído em 10 Jan 2012, de http://www.udcja.com/Fact%20Sheet/Fact_sheet_MontegoBayConCnt.pdf.
- (2008). "Petroecuador sells 9.36Mb of Napo, Oriente Crude." Business News Americas. Extraído em 12 Jan 2012, de http://www.bnamericas.com/news/oilandgas/Petroecuador_sells_9,36Mb_of_Napo,_Oriente_crude
- (2009). "Export Buyer's Credit Business (em chinês)." Export-Import Bank of China. Extraído em 20 Dez 2011, de http://www.eximbank.gov.cn/yewuarticle/yewu/expbuyxd/200807/6197_1.html
- (2009). "Telemar secures China Development Bank loan." Trade Finance Magazine. Extraído em 10 Jan 2012, de <http://www.tradefinancemagazine.com/Article/2175590/Search/Results/Telemar-secures-China-Development-Bank-loan.html?Keywords=Telemar&PageMove=0&OrderType=1>.
- (2010). "Ecuador Widens Orient Crude Differential By \$0.508/bbl for Dec." Ourbusinessnews.com. Extraído em 12 Jan 2012, de <http://ourbusinessnews.com/ecuador-widens-oriente-crude-differential-by-0-508bbl-for-dec>.
- (2010). "Ecuadorian Embassy Holds Meeting to Explain Coca-Codo-Sinclair Dam Project (em chinês)." Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Ecuador. Extraído em 12 Jan 2012, de <http://ec.china-embassy.org/chn/jmwl/t675731.htm>.
- (2010). "Export-Import Bank of China Annual Report For 2010." China Export-Import Bank. Extraído em 12 Jan 2012, de <http://english.eximbank.gov.cn/annual/2010/2010nb23-34.pdf>.
- (2010). "IBRD Lending Rates and Loan Charges." World Bank Treasury. Extraído em 20 Dez 2011, de <http://treasury.worldbank.org/bdm/htm/ibrd.html>.
- (2010). "Ley Aprobatoria del Acuerdo entre el Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y el Gobierno de la República Popular China sobre Cooperación para Financiamiento a Largo Plazo." Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela 39511: 1-2. Extraído em 10 Jan 2012, de http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=186&lang=es.
- (2010). "Loan Agreement: Loan No 7583-AR (Mining Environmental Restoration Project)." World Bank. Extraído em 11 Jan 2012, de http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/LCR/2010/11/08/85DA13D5A16D6954852576DA00742CD4/4_0/Rendered/PDF/L75.

- (2010). “Más petróleo va a China.” El Universo. Extraído em 12 Jan 2012, de <http://www.eluniverso.com/2010/09/14/1/1356/ya-exporta-mas-petroleo-atado-prestamo-china.html>.
- (2010). “Negociaciones con Petrochina van a indagación fiscal.” El Universo. Extraído em 12 Jan 2012, de <http://www.eluniverso.com/2010/12/16/1/1356/negociaciones-petrochina-van-indagacion-fiscal.html>.
- (2010). “Nilsen Arias Sandoval: ‘No se pueden comparar los dos contratos de Petrochina.’” El Universo. Extraído em 10 Jan 2012, de <http://www.eluniverso.com/2010/10/29/1/1356/nilsen-arias-sandoval-no-pueden-comparar-dos-contratos-petrochina.html>.
- (2010). “Préstamo chino se hará con garantía petrolera.” El Universo. Extraído em 12 Jan 2012, de <http://www.eluniverso.com/2010/09/04/1/1356/prestamo-chino-hara-garantia-petrolera.html>.
- (2011). “Bolivian Ambassador Shen Zhiliang Gives Interview with Bolivia’s Patria Nueva Radio Station (em chinês).” Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. Extraído em 12 Jan 2012, de <http://www.fmprc.gov.cn/chn/gxh/mtb/zwb/dszlsj/t848667.htm>.
- (2011). “Report No: 58227- BR: Rio de Janeiro Metropolitan Urban and Housing Development Policy Loan.” World Bank. Extraído em 9 Jan 2011, de http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2011/02/24/000356161_20110224002738/Rendered/PDF/582270PGDOP1221OFFICIAL0USE0ONLY191.pdf
- (2012). “Brazil: Financial System Stability Assessment.” International Monetary Fund, IMF Country Report No. 12/206. Extraído em 4 Abr 2013, de <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12206.pdf>.
- (2012). “Emerging Actors in Development Finance: A closer look at Brazil’s Growth, Influence and the Role of BNDES.” World Resources Institute. Extraído em 4 Abr 2013, de <http://insights.wri.org/news/2012/12/closer-look-evolution-brazils-overseas-investments>.
- (2013). “BNDES reduz em 35% desembolsos na América Latina em 2012.” Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul. Extraído em 4 Abr 2013, de <http://federasur.org.br/2013/01/24/bndes-reduz-em-35-desembolsos-na-america-latina-em-2012/>.
- (No date). “Chinese Government Concessional Loan and Preferential Export Buyer’s Credit.” China Exim Bank. Extraído em 12 Jan 2012, de http://english.eximbank.gov.cn/businessarticle/activities/loan/200905/9398_1.html.
- AFP. “Bolivian Army Buys 6 Chinese H425 Helicopters.” XAirforces Aviation Society website, December 22, 2011. Acessado em Jan 10, 2012. <http://www.xairforces.net/newsd.asp?newsid=739&newst=1>.
- Arias Sandoval, Nilsen. “No se pueden comparar los dos contratos de Petrochina.” El Universo, October 29, 2010. Acessado em Jan 10, 2012. <http://www.eluniverso.com/2010/10/29/1/1356/nilsen-arias-sandoval-no-pueden-comparar-dos-contratos-petrochina.html>.
- Arnson, Cynthia, and Jeffrey Davidow. “China, Latin America, and the United States: The New Triangle.” Woodrow Wilson International Center for Scholars Report, Jan 2011.
- Bräutigam, Deborah. *The dragon’s gift: the real story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- Bräutigam, Deborah. “Aid ‘With Chinese Characteristics’: Chinese Foreign Aid and Development Finance Meet the OECD-DAC Aid Regime.” *Journal of International Development* 23, No. 5 (2011a).
- Bräutigam, Deborah. “Has China’s Export Financing Met Its Match?” *China in Africa: The Real Story* blog, January 14, 2011. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.chinaafricanrealstory.com/2011/01/has-chinas-export-financing-met-its.html>.
- Brookes, Peter. “Into Africa: China’s Grab for Influence and Oil.” Lecture at The Heritage Foundation, Washington, DC, March 26, 2007. Acessado em Jan 9, 2012. <http://www.heritage.org/research/lecture/into-africa-chinas-grab-for-influence-and-oil>.
- Business News Americas. “Petroecuador sells 9.36Mb of Napo, Oriente Crude,” April 7, 2008. Acessado em Jan 12, 2012. http://www.bnamericas.com/news/oilandgas/Petroecuador_sells_9,36Mb_of_Napo,_Oriente_crude.
- Castillo, Antonio. “China is good news for Latin America.” *China Daily*, February 6, 2010. Acessado em Dez 20, 2011. http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2010-03/19/content_9612186.htm.
- Chao, C. Z. “‘Loans for Oil’—China’s New Search for Overseas Oil Sources.” *Economic Research Guide*, 13 (2010).
- Chen, Y. “The Shape and Significance of Jiang Zemin’s ‘Going Abroad’ Policy” (em chinês). *Literature of the Chinese Communist Party* No. 1 (2009). <http://mall.cnki.net/magazine/article/DANG200901013.htm>.
- China Development Bank. “Corporate Social Responsibilities.” *Annual Report 2010*. Acessado em Jan 16, 2012. <http://www.cdb.com.cn/english/NewsInfo.asp?NewsId=3735>.

China Development Bank. “Strategic Focus.” n.d. Acessado em Jan 30, 2012. <http://www.cdb.com.cn/english/Column.asp?ColumnId=86>.

China Development Bank. Untitled website column. n.d. Acessado em Jan 30, 2012. <http://www.cdb.com.cn/english/Column.asp?ColumnId=96>.

Crooks, Nathan, and Corina Rodriguez Pons. “China Development Bank to Lend Venezuela \$4 Billion for Oil.” Bloomberg, November 22, 2011. Acessado em Dez 20, 2011. <http://origin-www.bloomberg.com/apps/news?pid=conewstory&tkr=SDBZ:CH&sid=aXUIMJcn57.Q>.

Crouigneau, Françoise, and Richard Hiault. “Wolfowitz slams China banks on Africa lending.” Financial Times, October 24, 2006. Acessado em Jan 9, 2012. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/45e594e0-62fc-11db-8faa-0000779e2340.html#axzz1j0lhtPjD>

De Córdoba, José. “China-Oil Deal Gives Chávez a Leg Up.” Wall Street Journal, November 9, 2011. Acessado em Dez 20, 2011. <http://online.wsj.com/article/SB10001424052970203733504577026073413045462.html>.

Downs, Erica. “Inside China, Inc: China Development Bank’s Cross-Border Energy Deals.” John L. Thornton China Center Monograph Series No. 3, Brookings Institution, March 2011. Acessado em Jan 10, 2012. http://www.brookings.edu/~media/Files/rc/papers/2011/0321_china_energy_downs/0321_china_energy_downs.pdf.

Downs, Erica. Testimony before the U.S.-China Economic & Security Review Commission hearing on “China’s Foreign Policy: Challenges and Players” (panel on “New Interest Groups in Chinese Foreign Policy”), April 13, 2011. Acessado em Jan 9, 2012. http://www.uscc.gov/hearings/2011hearings/written_testimonies/11_04_13_wrt/11_04_13_downs_testimony.pdf.

Dyer, Geoff, Jamil Anderlini, and Henny Sender. “China’s lending hits new heights.” Financial Times, January 17, 2011. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.ft.com/cms/s/0/488c60f4-2281-11e0-b6a2-00144feab49a.html#axzz1FES35QvG>.

The Economist. “Brazil/China economy: Deeper inroads—Latin America.” August 16, 2010. Acessado em Jan 7, 2011. <http://latinamerica.economist.com/news/brazilchina-economy-deeper-inroads/200>.

EFE. “Petrobras Signs \$10 Billion Loan Deal with China.” Latin American Herald Tribune, November 5, 2009. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.laht.com/article.asp?ArticleId=346783&CategoryId=14090>.

Ellis, Ryan Evan. China in Latin America. Boulder, Lynne Rienner, 2009.

Embassy of the People’s Republic of China in the Republic of Ecuador. “Ecuadorian Embassy Holds Meeting to Explain Coca-Codo Sinclair Dam Project” (em chinês). Embassy website, 2010. Acessado em Jan 12, 2012. <http://ec.china-embassy.org/chn/jmwl/t675731.htm>.

Equator Principles. “The Equator Principles.” 2006. Acessado em Jan 30, 2012. www.equator-principles.com/resources/equator_principles.pdf.

Evans, Peter. “International regulation of official trade finance: competition and collusion in export credits and foreign aid.” PhD diss, Massachusetts Institute of Technology, 2005. Acessado em Jan 12, 2012. <http://hdl.handle.net/1721.1/33684>.

Export-Import Bank of China. “A Brief Introduction.” n.d. Acessado em Jan 30, 2012. <http://english.eximbank.gov.cn/profile/intro.shtml>.

Export-Import Bank of China. “Chinese Government Concessional Loan and Preferential Export Buyer’s Credit.” n.d. Acessado em Jan 12, 2012. http://english.eximbank.gov.cn/businessarticle/activities/loan/200905/9398_1.html.

Export-Import Bank of China. “Export Buyer’s Credit Business (em chinês).” 2009. Acessado em Dez 20, 2011. http://www.eximbank.gov.cn/yewuarticle/yewu/exp-buyxd/200807/6197_1.html.

Export-Import Bank of China. Export-Import Bank of China Annual Report for 2010. Acessado em 12 Jan 2012. <http://english.eximbank.gov.cn/annual/2010/2010nb23-34.pdf>.

Forsythe, Michael, and Henry Sanderson. “Financing China Costs Poised to Rise With CDB Losing Sovereign-Debt Status.” Bloomberg, May 2, 2011. Extraído a Jan 12, 2012 de <http://www.bloomberg.com/news/2011-05-02/financing-china-costs-poised-to-rise-with-decision-on-cdb-debt.html>.

Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia. “Ley No 187: Ley de 22 de Noviembre de 2011.” November 24, 2011. Acessado em Jan 10, 2012. <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/edicions/view/315NEC>.

Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela. “Ley Aprobatoria del Acuerdo entre el Gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y el Gobierno de la República Popular China sobre Cooperación para Financiamiento a Largo Plazo,” 39511:1-2. 2010. Acessado em Jan 10, 2012. http://www.asambleanacional.gob.ve/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=186&lang=es.

- Gallagher, Kevin P., and Roberto Porzecanski. *The Dragon in the Room: China and the Future of Latin American Industrialization*. Palo Alto: Stanford University Press, 2010.
- Gill, Nathan. "China Fuels Latin America's Biggest Debt Rally by Financing Ecuador Budget." *Bloomberg*, June 24, 2011. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.bloomberg.com/news/2011-06-24/china-lifts-latin-america-s-best-performing-debt-by-funding-ecuador-budget.html>.
- Graham, Melissa. "China Looks South: Problematic Investments in Latin America." Washington, DC: Council on Hemispheric Affairs, 2010. Acessado em Dez 20, 2011. <http://www.coha.org/china-looks-south-problematic-investments-in-latin-america/>.
- Hearn, Adrian, and Leon-Marquez. *China Engages Latin America*. Boulder, Lynne Rienner, 2011.
- IDB. "Current and Historic Loan Charges for Ordinary Capital Loans," IDB Finance Website, 2013. Acessado em Fev 16, 2013. <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35769969>
- Irwin, Amos. Interview with Chinalco Peru manager. 2011. Lima, Peru.
- Jacob, Jijo. "Ecuador, China sign \$1 billion cash-for-crude loan deal." *International Business Times*, September 1, 2010. Acessado em Jan 10, 2012. <http://www.ibtimes.com/articles/48140/20100901/ecuador-china-energy-crude-latin-america-petrochina-petroecuador-opeec-loan.htm>.
- Jenkins, Rhys, and Enrique Dussel Peters (eds). "China and Latin America: Economic Relations in the 21st Century." *Studies* 49, German Development Institute, 2009.
- Jiang, Wenran. "The Dragon Returns: Canada in China's Quest for Energy Security." *China Papers* 19. Toronto: Canadian International Council, 2010.
- JP Morgan. "Index Group: EMBI+ (JP Morgan)." *Financial Bonds Information*. 2011. Acessado em Dez 20, 2011. http://www.cbonds.info/cis/eng/index/index_detail/group_id/1/.
- Kotschwar, Barbara, Theodore Moran, and Julia Muir. "Do Chinese Mining Companies Exploit More?" *Americas Quarterly*. Fall 2011. Acessado em Jan 30, 2012. <http://www.americasquarterly.org/do-chinese-mining-companies-exploit-more>.
- Lum, Thomas. "China's Assistance and Government- Sponsored Investment Activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia." *Congressional Research Service Report*. Feb 25, 2009.
- Mapstone, Naomi. "Ecuador defaults on sovereign bonds." *Financial Times*. December 13, 2008. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.ft.com/cms/s/0/7170e224-c897-11dd-b86f-000077b07658.html#axzz1FSizcVJW>.
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Interview with Ambassador Shen Zhiliang by Bolivia's Patria Nueva Radio Station (em chinês). 2011. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.fmprc.gov.cn/chn/gxh/mtb/zwb/d/dszlsjt/t848667.htm>.
- Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Interview with Ambassador to the Bahamas Hu Shan by Xinhua reporters (em chinês). 2011. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.fmprc.gov.cn/chn/gxh/wzb/zwb/d/dszlsjt/t833738.htm>.
- Myers, Margaret, Kirk Sherr, and Roger Tissot. "How Is China Changing Latin America's Energy Sector?" *Latin American Advisor*, July 22, 2011. *Inter-American Dialogue*. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.thedialogue.org/page.cfm?pageID=32&pubID=2710>.
- OECD. "2011 ASU: Quarterly Update of MRS and Resulting MPR-Q4/2011." 2011a. <http://www.oecd.org/dataoecd/7/4/47652563.pdf>.
- OECD. "Country Risk Classifications of the Participants to the Arrangement on Officially Supported Export Credits." 2011. <http://www.oecd.org/dataoecd/4/7/29/3782900.pdf>.
- Orihuela, Rodrigo. "Argentina Sets Levies and Ends Anti-Dumping Investigation on Chinese Goods." *Bloomberg*, July 22, 2010. Acessado em Dez 20, 2011. <http://www.bloomberg.com/news/2010-07-22/argentina-stops-china-anti-dumping-probes-after-failure-to-end-oil-spat.html>.
- Parker, George and Alan Beattie. "EIB accuses Chinese banks of undercutting Africa loans." *Financial Times*, Nov 29, 2006. Acessado em Jan 9, 2012. <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/added3c2-7f4e-11db-b193-0000779e2340.html#axzzj0lhtPjD>
- Parraga, Marianna. "UPDATE 2-Venezuela oil sector gets \$1.5 bln loan from Japan." *Reuters*, June 28, 2011. Acessado em Dez 20, 2011. <http://www.reuters.com/article/2011/06/28/venezuela-japan-oil-idUSN1E75R19420110628>.
- Pomfret, John. "China invests heavily in Brazil, elsewhere in pursuit of political heft." *Washington Post*, July 26, 2010. Acessado em Dez 20, 2011. <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/07/25/AR2010072502979.html?sid=ST2010092006580>.

Recent Business News. “Ecuador Widens Orient Crude Differential By \$0.508/bbl for Dec.” December 21, 2010. Acessado em Jan 12, 2012. <http://ourbusinessnews.com/ecuador-widens-oriente-crude-differential-by-0-508bbl-for-dec>.

Reddy, Sudeep. “U.S. Export Financing Challenges China.” Wall Street Journal, Jan 12, 2011. Acessado em Dez 20, 2011. <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748704515904576076144043327686.html>.

Republic of Argentina, “Form 18-K: Annual Report,” United States Securities and Exchange Commission, December 31, 2010. Acessado em Fev 17, 2013. http://www.sec.gov/Archives/edgar/data/914021/000090342311000486/roa-18k_0928.htm

Romero, Simon. “Tensions over Chinese Mining Venture in Peru.” New York Times, August 15, 2010. Acessado em Jan 30, 2012. <http://www.nytimes.com/2010/08/15/world/americas/15chinaperu.html>.

Romero, Simon and Alexei Barrionuevo. “Deals Help China Expand Sway in Latin America.” New York Times, April 15, 2009. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.nytimes.com/2009/04/16/world/16chinaloan.html>.

Scissors, Derek. “China Global Investment Tracker: 2011.” January 6, 2011. The Heritage Foundation. <http://www.heritage.org/research/reports/2011/01/china-global-investment-tracker-2011>.

Steinfeld, E. Forging Reform in China: The Fate of State-Owned Industry. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Swann, Christopher, and William McQuillen. “China to Surpass World Bank as Top Lender to Africa.” Bloomberg, November 3, 2006. Acessado em Jan 9, 2012. <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=aZ4KJul1kja.g>.

Trade Finance. “Telemar secures China Development Bank loan.” March 23, 2009. Acessado em Jan 10, 2012. <http://www.tradefinancemagazine.com/Article/2175590/Search/Results/Telemar-secures-China-Development-Bank-loan.html?Keywords=Telemar&PageMove=0&OrderType=1>.

El Universo. “Más petróleo va a China,” September 14, 2010. Acessado em Jan, 12 2012. <http://www.eluniverso.com/2010/09/14/1/1356/ya-exporta-mas-petroleo-atado-prestamo-china.html>.

El Universo. “Negociaciones con Petrochina van a indagación fiscal,” December 16, 2010. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.eluniverso.com/2010/12/16/1/1356/negociaciones-petrochina-van-indagacion-fiscal.html>.

El Universo. “Préstamo chino se hará con garantía petrolera.” September 4, 2010. Acessado em Jan 12, 2012. <http://www.eluniverso.com/2010/09/04/1/1356/prestamo-chino-hara-garantia-petrolera.html>.

Urban Development Corporation. “Montego Bay Convention Centre.” September 2009. Acessado em Jan 10, 2012. http://www.udcja.com/Fact%20Sheet/Fact_sheet_MontegoBayConCnt.pdf.

World Bank. “Loan Agreement: Loan No 7583-AR (Mining Environmental Restoration Project).” 2011. Acessado em Jan 11, 2012.

World Bank. “Report No: 58227- BR: Rio de Janeiro Metropolitan Urban and Housing Development Policy Loan.” 2011. International Bank for Reconstruction and Development Program. Acessado em Jan 9, 2011. http://www-wds.world-bank.org/external/default/WDSContentServer/WDSPIB/2011/02/24/000356161_20110224002738/Rendered/PDF/582270PGD0P1221OFFICIAL0USE0ONLY191.pdf.

World Bank. World Bank Annual Report: Year in Review, 2009. Acessado em Jan 8, 2012. http://siteresources.worldbank.org/EXTAR2009/Resources/6223977-1252950831873/AR09_Complete.pdf.

World Bank Treasury. “IBRD Lending Rates and Loan Charges.” 2010. Acessado em Dez 20, 2011. <http://treasury.worldbank.org/bdm/htm/ibrd.html>.

Zheng, X. “The Going Abroad Strategy Should Follow the ‘Venezuelan Model’” (em chinês). 2010. China Center for International Economic Exchanges. Acessado em Dez 20, 2011. <http://www.cciee.org.cn/expert/NewsInfo.aspx?Nid=3210>.

Zissis, C. “Interview: Petrobras CEO José Sergio Gabrielli on Brazil’s Energy Outlook.” June 23, 2009. Americas Society/ Council of the Americas. Acessado em Jan 10, 2012. http://www.as-coa.org/articles/1719/Interview:_Petrobras_CEO_José_Sergio_Gabrielli_on_Brazils_Energy_Outlook/.



Diálogo Interamericano Grupo de Trabalho China-América Latina

Deborah Brautigam, American University

Inés Bustillo, ECLAC

Kevin Casas-Zamora, Brookings Institution

Uri Dadush, Carnegie Endowment for International Peace

Sandra Dunsmore, Open Society Institute

Evan Ellis, National Defense University

Daniel Erikson, Department of State,
Bureau of Western Hemisphere Affairs

Antoni Estevadeordal, Inter-American Development Bank

Matt Ferchen, Carnegie-Tsinghua Center

Kevin Gallagher, Boston University

Peter Hakim, Inter-American Dialogue

Adrian Hearn, Australian Research Council

Thomas Kellogg, Open Society Institute

Shirley Ku, Open Society Institute

Claudio Loser, Inter-American Dialogue

Lu Yanliu, Permanent Observer Mission to the OAS,
Embassy of China

Jorge Malena, Salvador University, Buenos Aires

William McIlhenny, Department of State,
Bureau of Western Hemisphere Affairs

Margaret Myers, Inter-American Dialogue

Dani Nedal, Fundação Getulio Vargas

William Norris, The Bush School of Government
and Public Service

Gonzalo Paz, The George Washington University

Enrique Dussel Peters, Universidad Nacional
Autónoma de México

David Shambaugh, The George Washington University

Michael Shifter, Inter-American Dialogue

Sun Hongbo, Chinese Academy of Social Sciences

Wang Liang, Permanent Observer Mission to the OAS,
Embassy of China

Wei Hongxia, Carnegie Endowment for
International Peace

Carol Wise, University of Southern California

Yang Zhimin, Chinese Academy of Social Sciences

Zhang Yinan, Permanent Observer Mission to the OAS,
Embassy of China



Diálogo Interamericano Conselho de Administração

Michelle Bachelet, *Co-Chair*, Chile

Carla A. Hills, *Co-Chair*, United States

Enrique Iglesias, *Co-Vice Chair*, Uruguay

Thomas F. McLarty III, *Co-Vice Chair*, United States

Peter D. Bell, *Chair Emeritus*, United States

Fernando Henrique Cardoso, *Chair Emeritus*, Brazil

Ricardo Lagos, *Chair Emeritus*, Chile

Alicia Bárcena, Mexico

David de Ferranti, United States

Francis Fukuyama, United States

L. Enrique García, Bolivia

Donna J. Hrinak, United States

Marcos Jank, Brazil

Jim Kolbe, United States

Thomas J. Mackell, Jr., United States

M. Peter McPherson, United States

Billie Miller, Barbados

Brian O'Neill, United States

Pierre Pettigrew, Canada

Jorge Quiroga, Bolivia

Marta Lucía Ramírez, Colombia

Eduardo Stein, Guatemala

Martín Torrijos, Panama

Elena Viyella de Paliza, Dominican Republic

Ernesto Zedillo, Mexico



Michael Shifter

Presidente



O Diálogo Interamericano é o principal centro dos EUA de análise política e intercâmbio de relações do hemisfério ocidental. O Diálogo reúne líderes do setor público e privado de toda a América para abordarem problemas centrais do hemisfério e oportunidades.

Os 100 cidadãos ilustres que são membros do Diálogo são líderes políticos, empresariais, acadêmicos e da mídia das Américas, assim como líderes não governamentais. Dezesesseis dos membros do Diálogo foram presidentes de seus países e quase 30 foram parte do alto escalão de governos.

As atividades do Diálogo estão orientadas a gerar novas idéias de políticas e propostas práticas para a ação, bem como para levar essas idéias e propostas a governos e líderes de opinião do setor privado. O Diálogo também oferece às várias vozes da América Latina e do Caribe acesso aos debates e discussões da política dos EUA. Sediado em Washington, D.C., o Diálogo atua em todo o hemisfério. A maioria do nosso Conselho Administrativo é composta de nações latino-americanas e caribenhas, assim como mais da metade dos membros e participantes do Diálogo em nossas outras redes de liderança e forças-tarefa.

Desde de 1982—através de sucessivos mandatos republicanos e democráticos e muitas mudanças de liderança em várias partes do hemisfério—o Diálogo ajudou a moldar a agenda de questões e escolhas nas relações interamericanas.

**1211 Connecticut Avenue, NW, Suite 510
Washington, DC 20036**

**PHONE: 202-822-9002 ■ FAX: 202-822-9553
EMAIL: iad@thedialogue.org ■ WEB SITE: www.thedialogue.org**